

MARIA VALQUÍRIA BARBOSA SANTANA
JOSEFA SÔNIA PEREIRA DA FONSECA (ORGS)

E-book interativo

**AVALIAÇÃO EXTERNA:
reflexões e possibilidades de
trabalho com os resultados**





UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO E DOUTORADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

MARIA VALQUÍRIA BARBOSA SANTANA
JOSEFA SÔNIA PEREIRA DA FONSECA

TEMPLATE DO *E-BOOK* INTERATIVO - AVALIAÇÃO EXTERNA:
reflexões e possibilidades de trabalho com os resultados

ILHÉUS - BAHIA
2024

**MARIA VALQUÍRIA BARBOSA SANTANA
JOSEFA SÔNIA PEREIRA DA FONSECA**

**TEMPLATE DO *E-BOOK* INTERATIVO - AVALIAÇÃO EXTERNA:
reflexões e possibilidades de trabalho com os resultados**

Produto educacional da pesquisa **AVALIAÇÕES EXTERNAS E ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS**: um estudo apresentado ao Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado Profissional em Educação - PPGE, da Universidade Estadual de Santa Cruz, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais e Gestão Escolar.

Coautora: Profa. Dra. Josefa Sônia Pereira da Fonseca

**ILHÉUS – BAHIA
2024**

S232

Santana, Maria Valquíria Barbosa

Template do e-book interativo – avaliação externa: reflexões e possibilidades de trabalho com os resultados / Maria Valquíria Barbosa Santana, Josefa Sônia Pereira da Fonseca. – Ilhéus, BA: UESC, 2024.

61f.: il.

Produto Educacional da Pesquisa Desenvolvido como parte da dissertação do Programa de Pós-Graduação do Mestrado e Doutorado Profissional em Educação – PPGE; da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC

Inclui referências.

1. Avaliação educacional. 2. Avaliação externa. 3. Política pública. 4. Gestão educacional. I. Fonseca, Josefa Sônia Pereira da. II. Título.

CDD 371.26

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Maria Valquíria Barbosa Santana - autora e organizadora

- Mestranda do PPGE da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Técnica Administrativa em Educação - Pedagogo Área do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), *campus Ilhéus*. [Lattes](#)

Josefa Sônia Pereira da Fonseca - autora e organizadora

- Doutora em Educação: Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professora da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). [Lattes](#)

Abner Nunes Emerich de Paula - Coautor

- Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professor EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, IFPA, *campus Santarém*. [Lattes](#)

Marcília Rolim de Paula - Coautora

- Mestranda do PROFLETRAS pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Diretora Escolar na rede municipal de educação de Campos do Jordão. [Lattes](#)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Níveis de proficiência em Português - Saeb 5º ano	22
Figura 2	Item de teste de proficiência em Português - Saeb 5º ano	23
Figura 3	Histograma da distribuição da nota padronizada em 2011	46
Figura 4	Exemplo de resultado de desempenho no Saeb 2021 de um hipotético município - 5º ano - Língua Portuguesa e Matemática	50
Figura 5	Quadro do histórico da distribuição em níveis de desempenho de um hipotético município - Língua Portuguesa - 5º ano	52
Figura 6	Níveis de desempenho Saeb - Níveis selecionados - Língua Portuguesa 5º ano.....	53
Figura 7	Aprendizado adequado em um hipotético município - Língua Portuguesa e Matemática - 5º ano - 2021	53
Figura 8	Informações de fluxo escolar em um hipotético município – Ensino Médio - 2022.....	54
Figura 9	Síntese dos resultados da investigação	58
Figura 10	Proposta dos participantes da pesquisa para melhorar a gestão das avaliações externas no município de Itabuna-BA	60

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Avaliações externas do Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb (1990 - 2021)	16
Quadro 2	Sistema de Avaliação da Educação Básica Novo Saeb (2022 - atual)	17
Quadro 3	Hipótese de composição da Escala de Proficiência de Português do Saeb (5º e 9º ano)	20

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Médias de proficiência de um hipotético município - Língua Portuguesa e Matemática - comparação com outras redes e territórios - 2021	50
Gráfico 2 Série histórica - desempenho Saeb de um hipotético município - Língua Portuguesa e Matemática - 5º ano	51
Gráfico 3 Distribuição em níveis de desempenho de um hipotético município - Língua Portuguesa - 5º ano - 2021	52

SIGLAS

ANA	Avaliação Nacional da Alfabetização
ANEB	Avaliação Nacional da Educação Básica
ANRESC	Avaliação Nacional do Rendimento Escolar - Prova Brasil
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAed	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CME	Conselho Municipal de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
DEB	Departamento da Educação Básica
GEIA	Grupo de Estudos Intervenção na Alfabetização
IDED	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
OCDE	Organização Para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PME	Plano Municipal de Educação
PPGE	Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional
SABE	Sistema de Avaliação Baiano de Educação
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação
SARESP	Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo
SPAECE	Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará
SME	Secretaria Municipal de Educação
TRI	Teoria de Resposta ao Item
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

PARTE I.....	12
AVALIAÇÃO EXTERNA: limites e (im)possibilidades.....	12
SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - SAEB	14
Testes de proficiência do Saeb.....	18
Interpretação pedagógica dos resultados	25
REFERÊNCIAS	30
PARTE II.....	34
APROPRIAÇÃO DE INDICADORES EDUCACIONAIS	34
CRIANDO NOSSOS PRÓPRIOS INDICADORES	36
COMPARANDO INDICADORES COM MARCADORES DE SAÚDE.....	37
CLASSIFICAÇÃO E COMPOSIÇÃO DE INDICADORES	39
INDICADORES PRODUZIDOS A PARTIR DO CENSO ESCOLAR.....	40
Indicador de aprendizagem.....	41
O Ideb.....	43
Estrutura do indicador.....	45
Apropriação de indicadores educacionais.....	49
REFERÊNCIAS	55
PARTE III.....	57
PERCEPÇÕES DA EQUIPE GESTORA DO ENSINO FUNDAMENTAL SOBRE A AVALIAÇÃO EXTERNA NO MUNICÍPIO DE ITABUNA-BA: síntese da pesquisa	57

APRESENTAÇÃO

Este trabalho é o produto pedagógico decorrente da pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação (PPGE) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Trata-se de um *e-book* interativo que tem por objetivo propor reflexões acerca das avaliações externas e apresentar possibilidades de interpretação pedagógica dos resultados e formulação de estratégias de intervenção numa perspectiva formativa.

O *e-book* está organizado em três partes: na primeira, teceremos uma breve reflexão sobre o papel da avaliação e da avaliação externa no âmbito da política educacional, destacando a importância de conhecer os testes de proficiência, em especial o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), bem como a interpretação de seus resultados; na segunda parte, nossa discussão se concentrará na apropriação dos indicadores educacionais, destacaremos de forma didática como os indicadores são construídos e exemplificamos como os resultados podem ser interpretados. Para tanto, trabalharemos em parceria com o professor do Instituto Federal do Pará, Me. Abner Nunes Emerich de Paula e a Diretora Escolar na rede municipal de educação de Campos do Jordão e mestranda do PROFLETRAS pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Marcília Rolim Souza de Paula; na terceira e última parte, apresentaremos uma síntese da nossa pesquisa. Além desse conteúdo, ao longo do trabalho, também sugerimos alguns *podcasts*, vídeos e textos que podem ser relevantes para aprofundamento da temática.

Esperamos que a partir da leitura deste trabalho, gestores educacionais, técnicos das secretarias de educação, gestores escolares e professores possam adaptar propostas apresentadas ao contexto de aplicação.

Boa leitura!

PARTE I

AVALIAÇÃO EXTERNA: limites e (im)possibilidades

Maria Valquíria Barbosa Santana¹
Josefa Sônia Pereira da Fonseca²

No campo educacional, a avaliação externa se constitui em um instrumento de verificação do desempenho dos estudantes e, conseqüentemente, do trabalho realizado pelas escolas e sistemas de ensino, realizada por atores externos à escola (Werle, 2011).

Desde a década de 1980, a avaliação externa vem orientando a elaboração das políticas educacionais e delineando o conceito de qualidade da educação. Isso porque elas são um dos elementos que constituem o indicador de qualidade mais conhecido no país, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Falaremos um pouco mais sobre o Ideb mais adiante, na segunda parte de nosso trabalho.

A avaliação externa pode ser sistêmica, quando público avariado pertence a um determinado sistema ou rede de ensino, ou em larga escala quando abrange um grande quantitativo de estudantes. Contudo, independente do número de estudantes avaliados, esse instrumento avaliativo tem os mesmos objetivos: verificar como está a oferta de ensino e orientar a elaboração das políticas educacionais, bem como elas estão sendo implementadas (Brooke; Cunha, 2010).

Convencionalmente, o termo avaliação externa é utilizado para se referir a provas e testes de Língua Portuguesa e Matemática, por vezes, essas avaliações têm por finalidade avaliar o desempenho individual de estudantes, sobretudo, com a finalidade de ingresso em cursos superiores (Fernandes, 2005) e, por essa razão, às vezes a própria nomenclatura desses processos avaliativos já sugerem isso. Como exemplo, podemos citar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja).

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação (PPGE), da Universidade Estadual de Santa Cruz. Técnica Administrativa em Educação - Pedagoga área do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia.

² Profa. Dra. do Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis (DCAC) e do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação (PPGE), da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Provas, testes e exames são termos intercambiáveis, usados como sinônimo de avaliação, para medir desempenho, classificar e promover estudantes. Nesse sentido, é importante pontuar que provas, testes e exames são instrumentos avaliativos imprescindíveis para avaliação da aprendizagem, mas não podem ser confundidos com os propósitos desta



Para saber mais sobre a diferença entre avaliação e exame, sugerindo a entrevista com o professor Luckesi [Avaliação da Aprendizagem - Cipriano Luckesi - Parte 01](#)



Ter uma percepção do panorama internacional da educação é importante para identificarmos práticas exitosas, problemas, dificuldades, soluções e desafios enfrentados pelos atores educacionais em diversos lugares, mas precisamos estar cientes de que os fatores econômicos, sociais, culturais e políticos que impactam na educação são diferentes em quaisquer culturas e, por essa razão, os indicadores e resultados educacionais não serão iguais para todos.

última, sob pena de reduzirmos a avaliação da aprendizagem ao seu caráter meramente classificatório. Enfatizamos que a avaliação da aprendizagem não pode ser confundida com a avaliação externa. A primeira, tem seus pressupostos teóricos e práticos planejados pelos atores educacionais das escolas e a segunda é planejada por agentes externos às escolas.

Essa observação se faz necessária, mesmo não sendo o foco deste trabalho, uma vez que ao longo de nossa exposição, ao utilizarmos o termo avaliação externa, estaremos nos referindo aos instrumentos, provas ou exames, elaborados pelos sistemas de avaliação da educação.

Assim, retomando nosso foco de discussão, a avaliação externa pode ser conceituada como um processo sistêmico de análise de dados educacionais realizados por agentes externos à escola ligados ao Poder Público (órgãos governamentais) cujo objetivo principal é verificar a qualidade da educação (Bauer; Alavarse, 2015); (Esquisiani, 2010); (Fernandes, 2005). Dessa definição extraímos dois elementos importantes a compreensão da dinâmica das avaliações externas: o primeiro é que elas são geridas pelo Poder Público, e segundo, sua principal preocupação é com a qualidade da educação. E é neste último ponto que tem se constituído em pontos de embate e debates na literatura educacional, pois, não há uma definição clara do que seja qualidade da educação e, ainda, não existe um consenso sobre qual qualidade da educação que queremos.

Outrossim, necessário se faz esclarecer que o termo qualidade da educação adquiriu muita ênfase no contexto das reformas educacionais neoliberais, a partir dos anos 80, e essas reformas são balizadas por pautas do mercado, por isso, é tão comum no campo educacional ouvirmos falar em termos ou expressões como, por exemplo, eficiência, qualidade, privatização, descentralização, especialização (Afonso, 2001, 2009), (Dardot; Laval, 2016), (Burgos; Bellato, 2019), (Freitas, 2016) e (Lindoso; Santos, 2019).

A avaliação externa é um fenômeno mundial e um processo avaliativo que vem ganhando muito destaque é o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa). O Pisa é um programa de avaliação em larga escala realizado em diversos

países que visa avaliar o desempenho dos estudantes na faixa etária de 15 anos nas áreas de Leitura, Matemática e Ciências.

A adesão ao Pisa é voluntária e os resultados dos testes compõem um ranque que classifica os sistemas de educação dos países participantes, o que possibilita uma comparação entre os modelos de educação. Em tese, os países que participam do Pisa são membros ou desejam ingressar na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico ou Econômico (OCDE), organização



[Documentário OCDE - Crescimento do Brasil no Pisa](#) - Este documentário trata de algumas reformas educacionais realizadas por alguns municípios a partir da segunda metade dos anos 2000, que propiciaram melhorias na nota dos estudantes brasileiros no Pisa.



intergovernamental responsável pelo monitoramento desse programa.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - SAEB

No Brasil, o Sistema de Avaliação da Educação da Educação Básica (Saeb) é o órgão público de maior relevância na condução da avaliação externa. O Saeb é coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), uma autarquia federal subordinada ao Ministério da Educação do Brasil. O Inep também é responsável pela realização do Pisa no Brasil ([Como o Pisa funciona?](#)), e segundo o último relatório do programa a educação do país continua com acentuada desigualdades socioeconômicas ([Pisa 2022](#)).

Desde sua origem, em 1990, o [Saeb](#) passou por várias mudanças, mas sempre se manteve como principal sistema de avaliação da educação do país, servindo de inspiração para a criação de alguns sistemas de avaliação educacional de outros entes federados, a exemplo do Sistema Permanente de Educação Básica [Spaeece](#) no Ceará, do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado [Saresp](#) e do Sistema de Avaliação Baiano de Educação [Sabe](#). Contudo, no Brasil, é impossível falar em sistema de avaliação da educação e avaliação externa, sem referenciar o trabalho desenvolvido pelo Sistema de Avaliação Externa do Município de Sobral no Ceará ([Sugestão de leitura](#)).

Recentemente a [Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica](#) e a [Portaria nº 10, de 8 de janeiro de 2021 do Ministério da Educação](#) imprimiram novas mudanças ao Saeb. O sistema continua com o mesmo objetivo de promover o diagnóstico da educação e identificar fatores que interferem no desempenho dos

O **Episódio nº 2** Avaliação Externa: contextos e resultados para educação do **Podcast Educação em Prosa**: nas ondas do conhecimento, temos uma entrevista muito importante com o professor Wagner Alceu Dias, da Universidade Estadual de Goiás [Avaliação externa - Podcast Educação em Prosa](#)



estudantes a fim de assegurar a qualidade e equidade na oferta da educação no país. No entanto, duas mudanças significativas foram propostas: a junção das três avaliações externas que compunham o sistema Avaliação Nacional da

Educação Básica (Aneb); Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc) - Prova Brasil; Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), que agora será denominada apenas de Saeb e a mudança da matriz de referência. No novo Saeb, a matriz de referência para elaboração dos exames será a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). No Quadro 1, a seguir, apresentaremos algumas das mudanças nas avaliações do Saeb.

Quadro 1 - Avaliações externas do Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb (1990 - 2021)

Avaliações Características	Avaliação Nacional da Educação Básica (Anab)	Avaliação Nacional do Rendimento escolar (Anresc) - Prova Brasil	Avaliação Nacional da Alfabetização (Ana)
Público-alvo	Estudantes do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio de escolas públicas (obrigatória) e privadas (facultativa) localizadas na zona urbana e no campo.	Estudantes do 3º, 5º e 9º ano do Ensino Fundamental de escolas públicas (obrigatória) e privadas (facultativa) localizadas na zona urbana e no campo.	Estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental de escolas públicas (obrigatória) localizadas na zona urbana e no campo.
Extrato de coleta de dados	Censitária para escola pública, amostral para escola privada.	Censitária para escola pública, amostral para escola privada.	Censitária para escola pública, amostral para escola privada.
Objetivo	Verificar a oferta do ensino do sistema educacional brasileiro por meio do desempenho dos estudantes em exames de Língua Portuguesa e Matemática, bem como informações fornecidas por gestores escolares e professores.	Avaliar a qualidade do ensino ofertado pelo sistema educacional brasileiro por meio de exames de Língua Portuguesa e Matemática, bem como questionários socioeconômicos aplicados juntos aos professores e gestores.	Compreender os níveis de leitura (Alfabetização e Letramento) e Matemática dos estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental.
Periodicidade	Bianual	Bianual	Bianual
Áreas do conhecimento avaliadas	Português e Matemática	Português e Matemática	Português e Matemática
Forma de divulgação do resultado	Resultado por região	Resultado por escolas	Resultado por escolas

Elaborado pelos autores (2023). Fonte: Portaria nº 10, de 8 de janeiro de 2021. Disponível em: Saeb/Inep: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>. Acesso em: 2023.

Quadro 2 - Sistema de Avaliação da Educação Básica - Novo Saeb (2022 - atual)

Novo Saeb	
Avaliações	Sistema de Avaliação da Educação Básica.
Características	
Público-alvo	Estudantes de escolas públicas e privadas da Educação Básica.
Extrato de coleta de dados	Censitária
Objetivo	Avaliar a qualidade da educação ofertada pelo sistema de educação brasileiro em toda a Educação Básica.
Periodicidade	Anual para os ensinos Fundamental e Médio; bianual para Educação Infantil.
Áreas do conhecimento avaliadas	Linguagem, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas.
Formato dos exames	Possibilidade de formato digital.

Elaborado pelos autores (2023). Fontes: Portaria nº 10, de 8 de janeiro de 2021. Disponível em: Saeb/Inep: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>. Acesso em: 2023.

Essas mudanças passaram a ocorrer gradualmente a partir de 2019 e, dessa forma, todas as avaliações realizadas passarão a ser identificadas com a nomenclatura Saeb, acompanhadas das etapas de ensino a que se destinam. Em tese, a mudança na matriz de referência para elaboração dos exames do Saeb vem atender ao Parecer do Conselho Nacional de Educação [CNE n. 2, de 22 de dezembro de 2017](#), ao sinalizar que as matrizes de referência das avaliações e dos exames, em larga escala, deveriam estar alinhadas à BNCC, no prazo de 1 (um) ano, a partir da sua publicação da Base.

Antes da BNCC, as avaliações externas do Saeb, Aneb Prova Brasil e Ana eram elaboradas conforme as matrizes de referência do Saeb, para as áreas de [Língua Portuguesa e Matemática](#), [Ciências da Natureza](#), [Ciências Humanas](#) e [Língua Portuguesa e Matemática para o 2º ano do ensino fundamental](#). A matriz de referência do Saeb é um recorte dos currículos das escolas brasileiras. Importante observar que embora as áreas de Ciências da Natureza e Ciências Humanas também sejam objeto de avaliação nas avaliações externas do Saeb, a proficiência em Língua Portuguesa e Matemática sempre tiveram maior relevância. Com o Novo Saeb, os testes cognitivos serão orientados por [Matrizes e Escalas e Proficiência](#) que têm na BNCC o

eixo estruturante de verificação da proficiência ([Matriz de Referência Língua Portuguesa e Matemática - 2021](#)). Mas afinal, o que proficiência?

De acordo com o Dicionário Online de Português ([Dicio.com.br](#)),

Significado de Proficiência

substantivo feminino

Capacidade para realizar algo, dominar certo assunto e ter aptidão em determinada área do conhecimento: tinha proficiência em alemão.

Que possui competência: não possuía proficiência sobre o assunto.

Obtenção de resultados satisfatórios; aproveitamento: ele conseguiu ter proficiência no teste britânico de inglês.

Conhecimento com o qual se executa ou se discute alguma coisa: ele argumentou com muita proficiência.

Qualidade de proficiente, competente e que tem bom aproveitamento.

Exame de proficiência. Exame, ou prova, realizado com o intuito de determinar o conhecimento de alguém em relação a alguma coisa.

Etimologia (origem da palavra **proficiência**). Profic(ente) + ência.

Extraído do Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/proficiencia>

Testes de proficiência do Saeb

A ideia de proficiência está relacionada ao desenvolvimento de competências e habilidades. E nesse sentido, ser proficiente é ser capaz de realizar alguma atividade e dominar determinado tipo de conhecimento. No caso do Saeb, os testes cognitivos seguem uma escala de proficiência, uma espécie de régua que mede o domínio de habilidades e conhecimentos esperados pelos estudantes em determinada etapa de ensino, em diferentes áreas do conhecimento, permitindo, assim, comparar o nível de proficiência entre estudantes, escolas, municípios e estados.

O cálculo da proficiência do Saeb é feito com base na Teoria de Resposta ao Item (TRI). De acordo com Klein (2009, p. 127)

a TRI é um conjunto de modelos matemáticos onde a probabilidade de resposta a um item é modelada como função da proficiência (habilidade) do aluno (variável latente, não observável) e de parâmetros que expressam certas propriedades dos itens. Quanto maior a proficiência do aluno, maior a probabilidade de ele acertar o item.

Trata-se de uma metodologia utilizada para avaliar competências e habilidades de estudantes, considerando três elementos básicos: a) o nível de dificuldade das questões dos testes cognitivos; b) a probabilidade de acertos casuais - o famoso chute e; c) a coerência entre as respostas dadas - relação entre o nível de dificuldade da questão e a habilidade esperada do estudante naquela etapa da educação. Na TRI, é possível realizar uma associação entre competências e habilidades construídas pelos sujeitos e sua probabilidade de acerto a resposta a um item (Andrade; Tavares; Valle, 2012). Nesse sentido, conforme Andrade Tavares e Valle (2012, p. 3) “[...] O que esta metodologia sugere são formas de representar a relação entre a probabilidade de um indivíduo dar uma certa resposta a um item e seus traços latentes, proficiências ou habilidades na área de conhecimento avaliada”.

A TRI permite tanto uma análise individual quanto comparada dos resultados dos testes cognitivos é possível aplicar diferentes equalizações de escalas. De acordo com Andrade, Tavares e Valle (2012, p. 80-81),

[...] equalizar significa equiparar, tornar comparável, o que no caso da TRI significa colocar parâmetros de itens vindos de provas distintas ou habilidades de respondentes de diferentes grupos, na mesma métrica, isto é, numa escala comum, tornando os itens e/ou as habilidades comparáveis [...]

Quanto à equalização da matriz Saeb, trata-se de um processo utilizado com o objetivo de permitir a comparabilidade dos resultados entre diferentes edições do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Dessa forma, mesmo mantendo a matriz de referência do Saeb (conjunto de conteúdos e competências que são avaliados nos testes), os itens e as questões dos testes podem apresentar níveis diferentes de dificuldades, ao longo do tempo. Como o Saeb usa uma única escala de proficiência para avaliar grupos distintos, também é possível que os mesmos itens e questões possam ser aplicados nos testes de turmas 3º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental. O que permite acompanhar e comparar a evolução do desempenho das turmas e do sistema de educação ao longo do tempo (Klein, 2009).

A [Escala de Proficiência do Saeb](#) foi idealizada em 1997 e apresenta uma média de 0 (zero) a 500 (pontos), em que a média é 250, e o desvio padrão, 50. Nessa escala, a unidade de medida é o Item (uma pergunta ou questão do teste da avaliação externa). O item é uma unidade de medida unidimensional, ou seja, avalia tão somente uma habilidade de uma determinada matriz de referência. A escala Saeb está dividida

em quatro níveis, que denotam o valor da proficiência e, conseqüentemente, podem indicar qual a habilidade avaliada (Klein, 2009; Castro, 2009). Observe os níveis a seguir:

- 1) **Abaixo do básico** - os estudantes demonstram insuficiência no domínio de competências e habilidades em relação ao que é esperado para o ano/etapa da Educação Básica em que se encontram.
- 2) **Básico** - as competências e habilidades dos estudantes apresentam-se desenvolvidas de forma parcial em relação ao esperado para o ano/etapa da educação em que se encontram.
- 3) **Adequado** - as competências e habilidades dos estudantes apresentam-se em conformidade ao esperado para o ano/etapa da Educação Básica em que se encontram.
- 4) **Avançado** - os estudantes apresentam o domínio de competências e habilidades acima do que é esperado para o ano/etapa da Educação Básica em que se encontram.

Importante destacar que como a escala Saeb é única, o valor da proficiência é diferente para as áreas do conhecimento e o ano/etapa da Educação Básica avaliados. Nesse sentido, um nível de proficiência em Matemática pode ter um valor para o 5º ano e outro para o 9º, como podemos observar no Quadro 3, a seguir.

Quadro 3 - Hipótese de composição da Escala de Proficiência de Português do Saeb (5º e 9º ano)

Ano/Ensino Fundamental	Níveis de proficiência em Português			
	Abaixo do Básico	Básico	Adequado	Avançado
5º ano	0-125	150- 200	200-250	250- 235
9º ano	125 -200	200-275	275- 325	325-375

Elaborado pelos autores (2023). Fonte: Escala de Proficiência do Saeb. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/escalas_de_proficiencia_do_saeb.pdf.

Conforme o Quadro 3, observamos que enquanto para o 5º ano do Ensino Fundamental, a média do nível de proficiência Básico em determinada habilidade da

matriz de referência é de 150-200, essa mesma habilidade pode valer 200-275 para o 9º ano do Ensino Fundamental. Assim é possível comparar os resultados de turmas diferentes para que eles possam ser correspondentes a uma mesma régua de proficiência, de modo que os resultados apresentados pelos estudantes do 9º ano poderão estar acima da pontuação média esperada para os estudantes do 5º ano.

É importante salientar que o desempenho dos estudantes nos testes depende do nível de dificuldade apresentado pelos itens que compõem o teste. Como a elaboração dos itens dos testes de proficiência do Saeb seguem os parâmetros da TRI (nível de dificuldade, probabilidade de acertos casuais e coerência entre resposta e dificuldade dos estudantes), os itens dos testes apresentam diferentes níveis de dificuldades (pesos). Desse modo, nas avaliações do Saeb não importa os números de itens que um estudante acertou, e sim quais itens ele acertou, haja vista que, na TRI, a análise dos resultados apresentados pelo grupo ou conjunto, um item que obteve menos acertos terá maior valor ou peso. Paralelamente a isso, os parâmetros que balizam a construção dos itens nos testes de proficiência permitem estimar a probabilidade de acertos que podem ser aferidos em cada item (um item bem elaborado diminui a probabilidade de chutes).

Como a metodologia de TRI usada pelo Saeb padroniza os testes de proficiência, para acomodar o nível dos estudantes na escala de proficiência (diferir estudantes com mais e menos proficiência) padroniza-se também os resultados. Daí que, para analisar os resultados, realizando uma interpretação de caráter pedagógico, é preciso localizar os estudantes na escala do Saeb.

Por exemplo

Suponhamos que a turma X, do 5º ano, do Ensino Fundamental, da escola A, apresentou na escala Saeb proficiência 150-200, nível básico, em um item do teste de proficiência de Português, pontuação correspondente ao nível 3 (Desempenho maior ou igual a 175 e menor que 200). A partir desse resultado, podemos inferir que os estudantes dessa turma já desenvolveram as habilidades apresentadas nos níveis 1, 2 e 3 desta escala, a saber:

Figura 1 - Níveis de proficiência em Português - Saeb 5º ano

<p>Nível 1</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Localizar informações explícitas em textos narrativos curtos, informativos e anúncios. ✓ Identificar o tema de um texto. ✓ Localizar elementos como o personagem principal. ✓ Estabelecer relação entre partes do texto: personagem em ação, ação e tempo; ação e lugar. 	<p>Nível 3</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Localizar informação explícita em contos e reportagens. ✓ Localizar informação explícita em propagandas com ou sem apoio de recursos gráficos. ✓ Reconhecer relação de causa e consequência em poemas, contos e tirinhas. ✓ Inferir o sentido de palavra, o sentido de expressão ou o assunto em cartas, contos, tirinhas e histórias em quadrinhos com o apoio de linguagem verbal e não verbal.
<p>Nível 2</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Localizar informações explícitas em contos. ✓ Identificar o assunto principal e a personagem principal em reportagem e em fábulas. ✓ Reconhecer a finalidade de receitas, manuais e regulamentos. ✓ Inferir características de personagens em fábulas. ✓ Interpretar linguagem verbal e não-verbal em tirinhas. 	

Elaborado pelas autoras (2024). Fonte: Escala de Proficiência do Saeb (Brasil, 2020, p. 5).

Neste exemplo, como os estudantes já desenvolveram as habilidades correspondentes aos níveis 1, 2 e 3, é preciso analisar o que precisa ser melhorado e ser feito para alcançar os próximos níveis na escala de proficiência de Português, sempre olhando para a meta que o município pactuou no Plano Municipal de Educação no que se refere aos indicadores educacionais.

Agora que já temos uma pequena compreensão das bases teóricas que alicerçam as avaliações externas do Saeb, seria oportuno observarmos como é estruturado o item em um teste de proficiência.

Inicialmente, ressaltamos que o termo item para a avaliação externa pode ser entendido como sinônimo de questão, mas se difere da ideia de questão ou pergunta de uma prova na avaliação da aprendizagem, uma vez que em uma questão ou pergunta de prova pode-se avaliar mais de uma habilidade, ao passo que o item é uma unidade de medida que, necessariamente, só avalia uma única habilidade (Brasil, 2010).



No sítio da Editora Moderna é possível acessar a cadernos de simulados dos testes do Saeb nas áreas de Português, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza. [Simulados SAEB](#)

Na avaliação externa, a elaboração de um item perpassa pela análise e escolha de uma habilidade da matriz de referência de uma área do conhecimento.

Conforme o [Guia de Elaboração e Revisão de Itens](#), o item é estruturado em três partes: texto-base, enunciado e alternativas (Brasil, 2010).

- a) **Texto-base:** é o texto motivador, que tem como função contextualizar a situação-problema tratada no item, fornecendo um conjunto de informações necessárias para realizar o comando.
- b) **Enunciado:** é o comando do item, ou seja, é uma instrução clara e objetiva do que o participante precisa fazer. O enunciado deve evitar ambiguidades a fim de não induzir o participante ao erro.
- c) **Alternativas:** são as respostas e estão dadas em **gabarito e distratores**.
 - **Gabarito** - é a resposta correta a situação-problema apresentada no item
 - **Distratores** - são as respostas erradas a situação-problema apresenta.

Ressalta-se que essas respostas “[...] devem ser plausíveis, isto é, devem parecer corretas para aqueles participantes do teste que não desenvolveram a habilidade em questão [...]” (Brasil, 2010, p. 11).

Realizadas essas considerações, analisaremos a estrutura de um item do teste de proficiência de Português extraído do caderno de Simulado Língua Portuguesa - 5º ano, da Editora Moderna (2022).

Figura 2 - Item de teste de proficiência em Português - Saeb 5º ano

QUESTÃO 6

Economia da água

Dicas de como economizar água (consumo consciente de água)

- Ao escovar os dentes e se barbear, manter a torneira fechada;
- Fechar a torneira enquanto ensaboar as louças e talheres;
- Usar a máquina de lavar roupas na capacidade máxima.

Disponível em: http://www.suaPesquisa.com/ecologiasaude/economia_agua.htm. Acesso em: 12 mar. 2020.

A função desse gênero textual dicas é

- A** circular de forma restrita na sociedade.
- B** instruir a pessoa a instalar alguma coisa.
- C** levar os leitores a buscarem informações restritas.
- D** indicar ações para realização de algo.

O item tem por objetivo avaliar a habilidade D9 - Identificar a finalidade de textos de diferentes gêneros, da [Matriz de Referência Língua Portuguesa e Matemática - 2021](#). Neste item, o participante deve após a leitura do texto-base (1), responder o questionamento (2), marcando a única alternativa correta (3) das opções apresentadas. Ao assinalar o gabarito, infere-se que o participante demonstra dominar a habilidade avaliada, mas caso o participante assinale um dos distratores, é possível inferir que ele ainda não construiu essa habilidade. Como a construção do item é

Para aprofundar a temática

No Brasil, diversas fundações vêm desenvolvendo pesquisas a respeito das avaliações externas, buscando compreender de que forma elas podem ser usadas para melhorar a qualidade da educação e a elaboração de políticas educacionais. Nesse sentido, destacamos a atuação do [Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação \(CAEd\)](#), uma fundação privada sem fins lucrativos ligada à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), credenciada ao Ministério da Educação (ME) e ao Ministério da Tecnologia Inovação (MCTI) que tem por objetivo prestar apoio especializado e promover a pesquisa no âmbito da gestão e avaliação educacional. O Programa de Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública da UFJF vem desde 2009 produzindo pesquisas sobre temáticas como a avaliação externa e apropriação de indicadores educacionais e avaliação e currículo. Os trabalhos publicados no repositório do programa ([CAEdUFJF](#)) são de grande relevância para quem se interessa por essas temáticas.

realizada com base nos parâmetros da TRI, a dificuldade do item se equipara ao nível de conhecimento e habilidade que se espera do estudante.

A partir de então, considerando o conjunto de participantes que realizaram os testes, os especialistas conseguem realizar uma interpretação dos resultados, verificando o percentual de estudantes de determinada turma ou escola que dominam. Essa interpretação estatística também tem viés pedagógico e, nesse sentido, colabora para o planejamento de ações, programas e projetos que podem oportunizar melhorias na educação (Machado, 2012, p. 79).

Utilizar os resultados das avaliações externas significa compreendê-los não como um fim em si mesmo, mas sim como possibilidade de associá-los às transformações necessárias no sentido de fortalecer a escola pública democrática, que é aquela que se organiza para garantir a aprendizagem de todos.

É essa interpretação pedagógica dos resultados que os atores educacionais vêm realizando na tentativa de melhorar o Ideb de suas escolas e redes de ensino. Isso porque, o resultado das avaliações externas, ou seja, o desempenho dos estudantes nos testes de proficiência é um dos elementos que compõem o cálculo do

Ideb. Mas afinal, o que se entende por interpretação pedagógica dos resultados das avaliações externas?

Interpretação pedagógica dos resultados

A interpretação pedagógica dos resultados das avaliações externas é importante para o processo de avaliação educacional tanto no aspecto macro (sistema ou rede de ensino) quanto micro (unidades escolares), haja vista que, por meio das avaliações externas, é possível levantar dados que evidenciam um determinado recorte da oferta do ensino. Isso porque, como já pontuamos neste trabalho, as avaliações externas são uma fotografia de um aspecto do processo educacional que, por ser complexo e multifacetado, não pode ser compreendido apenas por meio das avaliações externas. Esses instrumentos avaliativos não devem estar no centro do processo de ensino-aprendizagem realizado em sala de aula, mas também não podem ser ignorados dada a sua consolidação como instrumento de gestão educacional e formulação de políticas educacionais.

Para Baisi (2013, p. 255),

a avaliação tanto fornece elementos para a reflexão sobre o trabalho pedagógico e a execução de ações que incidam sobre problemas detectados, como pode selecionar, certificar ou responsabilizar. Essas funções não se excluem, apenas respondem a objetivos diferentes. O importante é que técnicos e profissionais de escolas e de secretarias de educação compreendam os dados e informações, de tal modo que, além de utilizá-los para a elaboração e implementação de ações, desmistifiquem a ideia de que a avaliação externa é apenas um instrumento de controle, ou, ainda, que sua função é determinar a promoção ou retenção de alunos.

Dessa forma, entendemos que as avaliações externas podem ser utilizadas com diferentes finalidades ou objetivos, dentre eles podemos citar: o controle do processo educativo, responsabilização de atores educacionais, prestação de contas³, levantamento de informações para elaborar, monitorar e avaliar políticas educacionais, certificar competências, habilidades e selecionar e classificar

³ *Accountability* é um dos elementos que compõem o modelo de gestão gerencialista implementado pelas políticas neoliberais de educação. O termo pode significar, entre outras coisas, prestação de contas e responsabilização. Nesse sentido, em muitos estudos sobre políticas educacionais, gestão da educação e avaliação externa, esse termo é utilizado para tratar da responsabilização dos atores educacionais (escolas, gestores escolares e professores) pelos resultados dos estudantes nas avaliações externas Fernandes e Gremaud (2020).

estudantes para o outro nível de ensino, a exemplo do acesso ao Ensino Superior (Fernandes, 2019). O objetivo da avaliação externa e, sobretudo, dos seus resultados dependerá do tipo de política educacional que os gestores educacionais escolherem.

É importante ressaltar que a interpretação pedagógica dos resultados das avaliações externas deve ser feita de forma holística (observando suas múltiplas faces), levando em consideração o contexto educacional e as necessidades individuais dos alunos. Essa análise não deve se prender a manuais e a receitas prontas, uma vez que o processo educativo não ocorre do mesmo jeito nem produz os mesmos resultados em nenhum espaço e tempo escolar. Desse modo, ressaltamos que as propostas apresentadas, a seguir, são apenas singelas sugestões que visam contribuir para auxiliar gestores escolares, técnicos das secretarias de educação e professores, na busca da resposta à seguinte pergunta: como utilizar os resultados das avaliações educacionais para promover melhorias?

A resposta a essa indagação precisa ser construída na coletividade. É por meio da participação efetiva da sociedade (sobretudo dos atores educacionais) e da diversidade de conhecimento, habilidades e experiências que emergem do trabalho em conjunto que surgem soluções abrangentes, democráticas e representativas. A força da união dos atores sociais pode influenciar e promover as mudanças que nossa sociedade precisa para superar as desigualdades sociais, econômicas e educacionais e promover a conscientização e a ação coletiva na defesa da educação pública, universal e com mais equidade.

Neste trabalho, sugerimos apenas algumas ações que podem auxiliar o planejamento do processo de gestão das avaliações externas por gestores escolares, técnicos das Secretarias Municipais de Educação e professores. Entre essas ações pontuamos:

1º - Definir para qual finalidade (objetivo) servirá a interpretação pedagógica dos resultados das avaliações externas: planejar ações interventivas, acompanhar o desenvolvimento dos estudantes, responsabilizar os atores educacionais etc.

2º - Todo processo de discussão, planejamento e monitoramento que se faça quanto às avaliações externas e os usos de seus resultados deve considerar os recursos disponíveis para realizar o trabalho: a formação da equipe, aporte financeiro, materiais e infraestrutura disponível.

3º - A análise dos Boletins das avaliações externas das escolas é qualitativa quando os resultados apresentados nesses boletins são contextualizados,

observando-se os aspectos socioeconômicos da comunidade em que a escola está inserida, bem como as condições materiais de trabalho (infraestrutura, recursos didáticos, humanos e financeiros) que o local dispõe.

4º - Possibilitar que os professores conheçam a matriz de referência dos sistemas avaliativos nacional, estadual e municipal, para que junto a equipe gestora da escola (direção e coordenação pedagógica) possam analisar quais competências e habilidades têm relação com o currículo da escola e, a partir de, definir os conteúdos que possam promover o desenvolvimento dessas habilidades.

5º - Envolver os atores educacionais em estudos sobre os indicadores educacionais e como eles impactam na avaliação da educação ofertada pela rede ensino.

6º - Proporcionar ações (seminários, rodas de conversas, reuniões etc.) que assegurem envolvimento de gestores escolares, professores, pais ou responsáveis, técnicos da Secretaria de Educação em discussões acerca dos resultados das avaliações dos sistemas de avaliação educacional nacional e estadual (no caso do Estado da Bahia, estamos falando do Saeb e Sabe) e as avaliações externas realizadas pelo município, mesmo que não haja um sistema de avaliação municipal estruturado.

7º - Assegurar que na elaboração das avaliações externas municipais, a proposta pedagógica do município também seja contemplada.

8º - Possibilitar que todos os atores educacionais conheçam e participem ativamente da elaboração do Plano Municipal de Educação (PME), compreendendo como as avaliações externas e os demais indicadores educacionais são usados para construir as metas do PME.

9º - Considerar os resultados das avaliações externas na elaboração de ações de curto, médio e longo prazo no Projeto Político-Pedagógico das escolas, enquanto um recorte da realidade escolar e metas previstas no Plano Municipal de Educação.

10º - Assegurar a transparência dos resultados das avaliações a toda comunidade escolar.

11º - Triangular informações obtidas nas avaliações externas, no censo escolar e em outros indicadores educacionais, a fim de construir uma visão mais ampla possível da realidade da escola e, assim, planejar intervenções pedagógicas mais significativas e equitativas.

Essas ações são apenas o ponto de partida para o planejamento de estratégias que versem sobre a análise dos resultados, planejamento de ações interventivas, acompanhamento e *feedback* para a comunidade escolar e a sociedade. Além disso, reforçamos que é muito importante envolver os professores, os alunos e suas famílias no processo de discussão da interpretação pedagógica dos resultados das avaliações externas, permitindo, dessa forma, que todos possam compreender os objetivos dessas avaliações e suas implicações para melhoria na qualidade da educação.

Importante destacar, também, que para melhorar os resultados dos estudantes nos testes de proficiências e os índices educacionais, não é necessário colocar as avaliações externas no centro no processo educativo, sob pena de afunilar ou estreitar o currículo escolar (Fernandes, 2019). Conforme nos ensina Sacristán (1999, p. 16),

o currículo é a ligação entre a cultura e a sociedade exterior à escola e à educação; entre o conhecimento e cultura herdados e a aprendizagem dos alunos; entre a teoria (idéias (sic), suposições e aspirações) e a prática possível, dadas determinadas condições.

O currículo escolar é o cenário sob qual se desenrola todas as tramas da escola e é nele que se materializa as bases de um projeto civilizatório que visa a construção de identidades. A avaliação se constitui em uma trama significativa do currículo, pois por meio dela é possível fazer uma retrospectiva do processo, definir e criar enredos. Por essa razão, considerando que as avaliações externas podem evidenciar competências habilidades que foram construídas ou não pelos estudantes, não há impedimentos para que a equipe gestora da escola, e os professores utilizem modelos dos testes de proficiência no percurso formativo dos estudantes.

Assim, caso considerem pertinente, gestores escolares, coordenadores pedagógicos e professores podem planejar testes nos mesmos moldes do Saeb para verificar quais habilidades da matriz de referência os estudantes dominam, além de familiarizá-los com esse tipo de instrumento avaliativo, uma vez que as avaliações externas são imperativas, e as escolas são compelidas a melhorarem os índices educacionais, principalmente para captar os recursos financeiros necessários ao financiamento da educação nos municípios. Entretanto, é preciso ter cuidado para não fomentar a máxima de que as avaliações externas podem resolver os problemas da educação. Nesse sentido, Fernandes (2019, p. 11-12) nos adverte que

[...] ao contrário das crenças de uma diversidade de protagonistas, as avaliações externas, em si mesmas, não podem resolver os problemas que afetam os sistemas escolares, nomeadamente os que se relacionam com o ensino e a aprendizagem. Assim, defende-se a ideia de que temos de evoluir para uma outra geração de avaliações externas, baseada em princípios socialmente construídos e centrados nas aprendizagens dos alunos, devidamente articulada com outras avaliações (internas e externas) e devidamente enquadrada por políticas públicas materializadas em programas que apoiem a formação dos professores [...].

As avaliações externas não dão conta da complexidade do processo educativo, por isso possuem algumas limitações. Como exemplo disso, podemos citar o fato de que os testes de proficiência não são elaborados para atender às diversas necessidades dos estudantes com deficiência.

Retomando a questão, da relação entre avaliação externa e avaliação interna ou avaliação da aprendizagem, precisamos pontuar que se trata de instrumentos avaliativos com objetivos diferentes e elaborados por atores educacionais e instituições diferentes, mas que podem dialogar quando os resultados das avaliações externas objetivam acompanhar o desenvolvimento dos estudantes durante seu percurso formativo.

Esse diálogo nos convulsiona a pensar que análises dos resultados das avaliações externas precisam sempre ser realizadas, em uma perspectiva formativa, ou seja, por meio de reflexões e ações que objetivem acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes no decorrer de cada etapa de ensino, a fim de assegurar recomposição de aprendizagens, aprofundamentos de conteúdos e, sobretudo, seu pleno desenvolvimento.

Nesse movimento, concluímos este capítulo de nosso trabalho, sinalizando alguns questionamentos que podem orientar o processo de gestão das avaliações externas:

- Qual qualidade da educação queremos?
- Qual projeto de sociedade que a escola está contribuindo para formar?
- Quais são os limites e possibilidades de atuação da equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação?
- Quais devem ser as prioridades das escolas na elaboração de seus planos de ação para melhorar os indicadores educacionais?
- De que maneira os professores podem participar do processo de elaboração externa do município?

- Como envolver as famílias nas discussões acerca das políticas educacionais, a exemplo da elaboração e monitoramento do Plano Municipal de Educação (PME)?
- Como elaborar intervenções pedagógicas que assegurem a equidade da educação e o respeito à diversidade?

Esperamos que essas questões e as sugestões aqui apresentadas se constituam em elementos orientadores para gestores escolares, técnicos das Secretarias Municipais de Educação e professores na construção de estratégias, ações, projetos e programas que contribuam para melhoria da gestão do processo de avaliação externa e, conseqüentemente, da qualidade da educação.

Na segunda parte do nosso trabalho, continuaremos a discussão acerca da interpretação pedagógica, porém com maior ênfase na apropriação dos indicadores educacionais. Nessa discussão, retomaremos alguns pontos discutidos nesta parte do nosso estudo.



Para aprofundar a discussão sobre a gestão das avaliações externas pelos atores educacionais a sequência de vídeos apresentados pelo Professor [Ralp Gomes](#).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Dalton Francisco de; TAVARES, Heliton Ribeiro; VALLE, Raquel da Cunha. **Teoria da Resposta ao Item: conceitos e aplicações**. São Paulo: ABE, 2012.

AFONSO, Almerindo Janela. Reforma do Estado e Políticas Educacionais: Entre a Crise do Estado-Nação e a Emergência da Regulação Supranacional. **Educação & Sociedade**, ano XXII, n. 75, p. 15-32 ago., 2001. Disponível em: [_https://www.scielo.br/pdf/es/v22n75/22n75a03.pdf](https://www.scielo.br/pdf/es/v22n75/22n75a03.pdf). Acesso em: 06 out. 2022.

_____. Políticas avaliativas e accountability em educação - subsídios para um debate iberoamericano. **Revista de Ciências da Educação**, n. 9. p. 57-70, mai./ago., 2009. Disponível em: <http://sisifo.ie.ulisboa.pt/index.php/sisifo/article/view/148/251>. Acesso em: 15 jan. 2023.

BAUER, Adriana. “Novas” relações entre currículo e avaliação? recolocando e redirecionando o debate. **Educação em Revista**, v. 6. Belo Horizonte, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/edur/a/LPNd9sV7qbfkGBjv8zcSvWK/?format=pdf>. Acesso em: 04 mar. 2023.

BAUER, Adriana; ALAVARSE, Ocimar Munhoz; OLIVEIRA, Romualdo Portela. Avaliações em larga escala: uma sistematização do debate. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1367-1382, dez., 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/PgMHxD3BYhzBr6B7CpB5BjS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 mar. 2023.

BLASIS, Eloisa de. Avaliações em larga escala: contribuições para a melhoria da qualidade na educação. **Cadernos Cenpec. Nova Série**, v. 3. n. 1, p. 251-268, jun., 2013. Disponível em: <https://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/213>. Acesso em: 25 mar. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Guia de elaboração e revisão de itens**. v. 1, Brasília/DF, 2010. Disponível em: https://docs.ufpr.br/~aanjos/CE095/guia_elaboracao_revisao_itens_2012_INEP.pdf. Acesso em: 25 jul. 2023.

_____. **Decreto nº 9.432, de 29 de junho de 2018**. Regulamenta a Política Nacional de Avaliação da Educação Básica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9432.htm. Acesso em: 15 nov. 2022.

_____. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)**. Escalas de proficiência do SAEB. Brasília, DF: INEP, 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/escalas_de_proficiencia_do_saeb.pdf. Acesso em: 05 mai. 2023.

_____. **Ministério da Educação. Portaria nº 10, de 8 de janeiro de 2021**. Estabelece parâmetros e fixa diretrizes gerais para implementação do Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb, no âmbito da Política Nacional de Avaliação da Educação Básica. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-Inep-010-2021-01-08.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2022.

BROOKE, Nigel; CUNHA, Maria Amália de A. A avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos estados. **Estudos & Pesquisas Educacionais**, São Paulo, Fundação Victor Civita, n. 2, p. 17-79, 2011. Disponível em: https://fvc.org.br/wpcontent/uploads/2018/04/estudos_e_pesquisas_educacionais_vo_l_2.pdf. Acesso em: 04 abr. 2023.

BURGOS, Marcelo Tadeu Baumann; BELLATO, Caíque Cunha Bellato. Gerencialismo e pós-gerencialismo: em busca de uma nova imaginação para as políticas educacionais no Brasil. **Sociol. Antropol.** Rio de Janeiro, v. 9, n. 03, p. 919-943, set./dez., 2019. Disponível em: http://www.sociologiaeantropologia.com.br/wp-content/uploads/2019/10/v09n03_completa.pdf. Acesso em: 05 abr. 2023.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. Sistemas de Avaliação da Educação no Brasil: avanços e novos desafios. **Perspec.**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/Lfc37RDdj4czGv94gpbz4Xg/>. Acesso em: 04 mar. 2023.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

ESQUINSANI, R. S. S. Tá lá, em cima da mesa: os dados das avaliações em larga escala na prática pedagógica. In: WERLE, F. O. C. (Org.). **Avaliação em larga escala**: foco na escola. São Leopoldo: Oikos; Brasília: Liber Livro Editora, 2010.

FERNANDES, Reynaldo; GERMAUD, Amaury Patrick. Avaliação educacional em larga escala e *accountability*: uma breve análise da experiência brasileira. In: **Revista Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora, MG, v. 10, n. 1, p.1103 - 1137, jan./jun., 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/32030/21235>. Acesso em: 11 mar. 2023.

FERNANDES, Domingos. Avaliações externas e aprendizagens dos alunos: uma reflexão crítica. **Linhas Críticas**, v. 25, p. 70-88, jan./dez, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/24579/22264>. Acesso em: 05 mar. 2023.

_____. **Avaliação das aprendizagens**: desafios às teorias, práticas e políticas. Textos Editores. Porto, Lisboa, 2005.

KLEIN, Ruben. Utilização da Teoria de Resposta ao Item no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). **Revista Ensaio**, n. 40, v.11, p. 283-296, jul./set. 2003. Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/38/17>. Acesso em: 04 mar. 2023.

FREITAS, Luiz Carlos de. Três teses sobre as reformas empresariais da educação: perdendo a ingenuidade. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 36, n. 99, p. 137-153, mai./ago., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/RmPTyx4p7KXfcQdSMkPGWFy/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 ago. 2023.

LINDOSO, Rosângela Celly; SANTOS, Ana Lúcia Félix. Política educacional e avaliação em larga escala como elemento da regulação de educação. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 13, n. 1, jan., 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/61241/37492>. Acesso em: 01 abr. 2023.

MACHADO, C. Avaliação externa e gestão escolar: reflexões sobre usos dos resultados. **Revista @mbienteducação**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 70-82, jan./jun., 2012. Disponível em: https://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_educacao/pdf/volume_5_1/educacao_01_70-82.pdf. Acesso em: 28 mar. 2023.

Proficiência In: Dicio, Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/proficiencia/>. Acesso em: 14 out. 2023.

SACRISTAN, J. Gimeno. **Poderes instáveis em educação**. Trad. de Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SIMULADO LÍNGUA PORTUGUESA SAEB. Editora Moderna, 2022. Disponível em <https://www.moderna.com.br/modernamigos/ensino-fundamental-1/simulados-saeb.htm>. Acesso em: 06 dez. 2023.

WERLE, F. O. C. Políticas de Avaliação em larga escala na Educação Básica: do controle de resultados a intervenção nos processos de operacionalização do ensino. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas Educacionais**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 769-792, out./dez., 2011.

PARTE II

APROPRIAÇÃO DE INDICADORES EDUCACIONAIS*

Abner Nunes Emerich de Paula⁴
Maria Valquíria Barbosa Santana⁵
Marcília Rolim Souza de Paula⁶

Para iniciar a conversa...

Compreender os indicadores educacionais é fundamental para conhecer o desempenho da escola e identificar as áreas que precisam de intervenção, a fim de alcançar as metas e objetivos educacionais estabelecidos. O termo indicador, conforme nos ensina Minayo (2008), pode denotar diversos significados, mas, em tese, trata-se de uma medida que fornece informações qualitativas ou quantitativas sobre um recorte da realidade (Minayo, 2008).

Segundo Minayo (2008, p. 85), é importante ressaltar que

[...] nenhum indicador pode aportar certeza absoluta quanto aos resultados de uma ação ou de um processo, pois sua função é apenas ser um sinalizador: indicadores são instrumentos, não operam por si mesmos, indicam o que devem indicar.

⁴ Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professor EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), *campus Santarém*.

⁵ Mestranda do PPGE da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Técnica Administrativa em Educação - Pedagogo Área do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), *campus Ilhéus*.

⁶ Mestranda do PROFLETRAS pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Diretora Escolar na rede municipal de educação de Campos do Jordão.

Assim, o indicador é uma fotografia do que almejamos observar. Não se trata de uma reprodução fidedigna da realidade, mas uma tentativa de nos aproximar de um recorte dessa realidade.

No campo educacional, de modo geral, um indicador possui algumas finalidades, tais como: **diagnosticar uma dada situação, avaliar o desempenho, monitorar e orientar a tomada de decisão.**

Os principais indicadores educacionais são:

- ✓ Média de alunos por turma.
- ✓ Média de horas-aula diária.
- ✓ Taxa de Distorção idade-série.
- ✓ Percentual de docentes com curso superior.
- ✓ Adequação da formação docente.
- ✓ Regularidade do corpo

Quando nos referimos a indicadores educacionais, é comum falarmos quase que exclusivamente do Ideb ou de alguns poucos indicadores mais conhecidos, tradicionalmente tratados de “índices” no ambiente escolar e da gestão educacional. É recorrente ouvirmos que “o governo quer índices” ao se referir a uma política que busca diminuir a defasagem idade-série, reduzir o abandono escolar ou aumentar a escolaridade média da população, por exemplo.

Com isso, percebemos certa resistência dos trabalhadores da educação e de gestores educacionais em utilizar de indicadores para a gestão educacional e escolar baseada em evidências. Pretendemos demonstrar neste texto o potencial da utilização desses dados para a melhoria da qualidade da educação.

Indicadores podem ser entendidos como dados quantitativos e qualitativos relevantes que podem ser utilizados na gestão educacional e escolar a fim de monitorar e avaliar as políticas públicas em educação de forma oportuna e eficaz. Para isso, não basta que um indicador seja formado por dados aleatórios sobre educação. É importante que seja produzido a partir de informações relevantes e cuja utilização possa, de alguma forma, ser útil para a gestão educacional.

Como dito anteriormente, em geral, pensamos em indicadores produzidos pelo Ministério da Educação, pelo Instituto Anísio Teixeira ou por algum outro órgão nacional. Entretanto, ao tratarmos de indicadores, também estamos falando de informações que podem ser produzidas dentro das escolas e secretarias de educação e utilizadas na gestão da rede, da escola ou da sala de aula.

CRIANDO NOSSOS PRÓPRIOS INDICADORES

Tomemos como exemplo alguns indicadores que podem ser produzidos utilizados no âmbito da escola. Se partimos do pressuposto de que é desejável que crianças leiam mais, podemos estimular que tomem emprestados mais livros na biblioteca. Para isso, podemos propor projetos que estimulem mais a leitura e os empréstimos de livros. Contudo, faz muito mais sentido aplicar um projeto como este, se monitorarmos o número de empréstimos realizados pela biblioteca escolar.

Dessa forma, já teríamos um indicador para tornar clara a eficácia do projeto. Se após o projeto, o número de livros emprestados for maior, pode indicar que este foi bem-sucedido. Além disso, pode-se mensurar a magnitude do efeito do projeto, já que é possível definir o percentual de aumento de empréstimos, por exemplo.

Caso haja interesse, é possível criar indicadores mais detalhados. Por exemplo, pode-se acompanhar o número de empréstimos/turma/mês, ou ainda, por aluno/ano. As possibilidades são incontáveis e dependem dos objetivos de quem vai propor o indicador e de como irá utilizá-lo.

Ao mesmo tempo que podemos utilizar indicadores para medir um resultado, como a eficácia de um projeto, também podemos monitorar suas etapas. No exemplo do projeto para estimular a leitura dos estudantes, podemos pensar nas seguintes estratégias:

- a. Aumentar o número eventos de contação de histórias em sala de aula;
- b. Frequentar mais a biblioteca para pesquisas escolares;
- c. Realizar momentos de leitura individual e em grupo;
- d. Promover dramatizações e interpretações de historinhas na escola.

Dessa forma, além de observarmos o resultado, podemos também monitorar se as estratégias definidas estão sendo seguidas a fim de alcançarmos os resultados pretendidos. Assim, podemos definir um indicador para o número de histórias contadas por mês, o número de visitas por turma à biblioteca, a carga horária dedicada à leitura individual e coletiva e o número de dramatizações realizadas.

Perceba que não estamos recorrendo a indicadores de larga escala para pensarmos em monitoramento de estratégias e práticas educacionais e, por fim, em resultados. Com isso, percebemos que os indicadores estão muito mais próximos de

nós e sua utilização pode ser muito mais útil do que supúnhamos. Podemos nos utilizar desses e de muitos outros indicadores educacionais, como os seguintes:

- Taxas de progressão e retenção;
- Taxas de frequência;
- Taxas de alfabetização;
- Livros emprestados;
- Taxas de conclusão de etapa de escolaridade;
- Medidas de proficiência em avaliações externas;
- Indicadores de desempenho como o Ideb.

COMPARANDO INDICADORES COM MARCADORES DE SAÚDE

A fim de demonstrar o potencial da utilização de indicadores na gestão de políticas públicas, tomaremos como exemplo marcadores de saúde. Atualmente, já temos disseminada a consciência de que podemos alcançar bons diagnósticos médicos e monitorar quadros de saúde a partir de determinados marcadores que servem como os indicadores que estamos estudando.

A temperatura corporal da espécie humana, por exemplo, varia entre 36°C e 37,3°C. Isso significa que em indivíduos saudáveis, a temperatura não deve variar muito mais do que isso. Durante um quadro febril, nosso corpo aumenta a temperatura corporal como forma de defesa, a fim de inviabilizar certos microrganismos patogênicos, porém, o aumento repentino e elevado da temperatura pode ser muito perigoso. Dessa forma, se alguém está doente, precisamos monitorar a temperatura para assegurar que o paciente segue com risco reduzido de agravamento do quadro.

Assim sendo, de quando em quando, aferimos a temperatura e, caso seja necessário, administramos um antipirético a fim de controlar o quadro febril. Aqui, é que compreendemos a importância do indicador para a saúde do paciente. Não é razoável pensar que iremos **aferir** a temperatura e **ignorar** se esta se eleva rapidamente. Em regra, tomamos alguma providência quando a temperatura sobe ou se mantém alta.

Também não faz sentido tentar diminuir artificialmente a **temperatura demonstrada no termômetro**. Por exemplo, imagine que, por medo de registrar uma

febre alta, quem cuida do paciente febril coloca o termômetro no gelo logo após retirá-lo do paciente, antes mesmo de checar a temperatura, apenas para não termos uma temperatura muito alta registrada no aparelho. Ora, nossa preocupação real é com a saúde do paciente e não com o registro da temperatura no aparelho. Portanto, não faz sentido querer baixar a temperatura registrada no termômetro, mas sim, a febre propriamente dita.

Para todos os parâmetros de saúde que medimos em nossos exames ou monitoramos, em caso de adoecimento, a lógica aplicada é a mesma. Medimos a glicose do paciente diabético, porque o metabolismo saudável depende disso, medimos o ácido úrico do paciente renal para monitorar os danos aos rins etc. Poderíamos até buscar formas de burlar este resultado, fazendo uma dieta rigorosa imediatamente antes do exame de sangue ou algo do tipo. Mas, definitivamente, estaríamos renunciando a nos guiar por um exame confiável apenas para registrar um bom resultado, em um laudo médico.

Se os exemplos de saúde acima são bastante elucidativos sobre a forma como lidamos com esses marcadores, o raciocínio para indicadores educacionais não deveria ser diferente. Se medimos a taxa de abandono escolar e o dado preocupa por representar que muitos estudantes evadem do sistema de ensino, de que adianta postergar ao máximo as matrículas a fim de que haja abandono antes mesmo do registro das matrículas, diminuindo taxas de abandono? Isso significa melhoria no serviço público prestado? E ainda, afetaria positivamente a vida dos sujeitos a quem se destina essa política?

Definitivamente, estamos defendendo aqui que os registros de dados que geram indicadores devem ser os mais fiéis possíveis e a única forma adequada de lidar com seus resultados é enfrentando a realidade, compreendendo o que eles apontam e tomando providências do ponto de vista da política pública para melhoria do serviço público. Em certo sentido, estamos afirmando que nosso foco não deve ser o de objetivamente melhorar um indicador, mas sim o aspecto da política que aquele indicador representa. Se tivermos sucesso, o indicador avançará como consequência, porém não como objetivo da intervenção.

Na próxima parte, discutiremos mais tecnicamente como são construídos os indicadores e seus fundamentos, inclusive, discutindo como é composto o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

CLASSIFICAÇÃO E COMPOSIÇÃO DE INDICADORES⁷

Arellano (2012) classifica os indicadores em primários, secundários e compostos. Para ele, indicadores primários são aqueles definidos em termos absolutos. O número de alunos matriculados na rede ou em uma escola são exemplos de indicador primário. Também podemos considerar o número de alunos retidos em um curso, ou ainda, a receita que a escola aferiu em sua participação no Programa Dinheiro Direto na Escola.

Já os indicadores secundários são produzidos a partir de dois indicadores primários. Normalmente, são uma razão entre dois indicadores distintos. Pode-se, como no exemplo do projeto de leitura, que utilizamos anteriormente, definir o número de empréstimos efetivados por uma determinada turma em um ano. Perceba que é uma taxa, ou seja, uma razão de mais de um indicador. Podemos ainda determinar uma taxa de fluxo da escola, levantando o quantitativo de alunos que progrediram e dividindo pelo número de alunos matriculados. É possível definir a taxa de fluxo de outras formas também.

O autor explica ainda que os indicadores podem ser compostos. Para isso, define-se sua composição a partir de razões e produtos de outros indicadores, com o objetivo de mensurar fenômenos mais complexos. Devido à sua forma e à escolha de quais componentes farão parte desses indicadores, são recorrentemente produzidos de forma arbitrária, com o objetivo de aproximar esse dado da realidade que se pretende representar. Segundo o Arellano (2012, p. 18),

[...] los indicadores compuestos son aquellos que se integran por uno o varios cocientes, pero que además pueden estar multiplicados por un factor específico. Estos indicadores se utilizan cuando se busca evaluar fenómenos altamente complejos que no pueden ser reducidos a un cociente. La dificultad a la que se enfrenta alguien que quiera construir un indicador radica en las ponderaciones que le otorgará a cada uno de los factores que lo integren. En general, no existe regla alguna para asignar dichos ponderadores por lo que la decisión será bastante subjetiva y reflejará las preferencias de quien elabora los indicadores.

Note que, segundo Arellano (2012), os indicadores educacionais devem ser divulgados de forma mais complexa ou mais simples, mais analítica ou mais sintética,

⁷ Essa parte do texto conta com um trecho que já foi publicado em dissertação de mestrado de um dos autores, concluído na Universidade Federal de Juiz de Fora, e outro trecho de dissertação de uma das autoras, ainda em produção, que será apresentada na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

dependendo do público a quem se destina esta divulgação, ou seja, se um dado for produzido para ser divulgado entre técnicos de uma área, ele deve ser mais complexo e mais analítico, o que permitirá uma utilização mais detalhada do indicador. Se for divulgado para o público leigo, necessariamente terá de ser mais sintético e mais simples, para que o objetivo de divulgação seja alcançado.

Os indicadores educacionais, segundo Nicolella e Zcorzafave (2011), podem ser divididos em dois grandes grupos: de acesso/rendimento e de qualidade. Os autores ainda dividem os indicadores de qualidade em dois grupos: os cognitivos e os não-cognitivos. Para eles, “os indicadores cognitivos estão relacionados à inteligência e ao conhecimento adquirido pelo indivíduo - proficiência” (Nicolella; Scorzafave, 2011, p. 71).

Quanto aos indicadores de acesso/rendimento, pode-se usar como exemplo, aqueles produzidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a partir do censo escolar. Tais informações são abertas e estão disponíveis no sítio do instituto na internet.

Entre os indicadores que estão relacionados à aprendizagem, podemos citar a proficiência medida em testes ministrados em larga escala e a fluência leitora, medida que tem sido utilizada em diversas avaliações pelo país.

INDICADORES PRODUZIDOS A PARTIR DO CENSO ESCOLAR

O Censo Escolar é um levantamento, isto é, uma pesquisa qualitativa e quantitativa realizada anualmente e de forma censitária em todas as escolas brasileiras com a finalidade de levantar informações e produzir dados detalhados sobre as escolas brasileiras. É considerado um dos sistemas de gestão de dados educacionais mais detalhados e mais completos do mundo (Barros, 2016).

A taxa de rendimento escolar produzida a partir do censo escolar, por exemplo, é um indicador relevante para professores e gestores, já que impacta pesadamente a vida escolar dos estudantes e seu desempenho futuro. Representa o percentual de estudantes que fluem pelo sistema progredindo nas séries. Cabe aqui salientar que o fluxo não significa necessariamente adequação de aprendizagem, ou seja, os estudantes podem progredir nas séries sem com isso ter desenvolvido as competências necessárias. Isso pode ocorrer em sistemas de ensino onde há uma

intenção deliberada da gestão educacional em promover a progressão continuada, corrigindo-se as defasagens no decorrer das próximas séries.

Outro dado pertinente que pode ser utilizado na gestão educacional é a taxa de distorção idade-série. Para construção desta medida, são considerados aqueles estudantes que estão com dois anos ou mais de atraso escolar. Para isso, considera-se que o estudante de seis anos de idade deve estar no 1º ano do Ensino Fundamental e que deve concluir o 9º ano desta etapa aos 14 anos. A partir de dados do Censo Escolar, determina-se a proporção de estudantes que estão com atraso de dois anos, provocado por retenção ou por abandono, definindo-se a distorção idade-série.

Indicador de aprendizagem

Os indicadores de aprendizagem normalmente são produzidos a partir de dados gerados pelas avaliações educacionais, também conhecidas como avaliações de larga escala ou avaliações externas. No Brasil, a experiência com as avaliações em larga escala teve início com o Governo Federal, em 1990, com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), sendo seguida, posteriormente, por iniciativas de estados e municípios.

Nicolella e Scorzafave (2011) explicam que as informações colhidas no Saeb são de ordem cognitiva e contextual. As informações cognitivas são produzidas a partir de provas de Língua Portuguesa, com foco na leitura, e de Matemática com foco na resolução de problemas. A partir de 2017, também foram utilizadas provas de Ciências Naturais e Ciências Humanas. As informações contextuais, por seu turno, tratam das características dos alunos e de suas famílias, dos professores, dos diretores e das condições da escola, levantadas por meio de questionários aplicados junto aos testes cognitivos.

Atualmente, o Saeb mede o desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas, nas turmas de 5º e 9º anos, do Ensino Fundamental e de 3º ano do Ensino Médio. Os testes avaliam o desenvolvimento de habilidades específicas que são definidas em descritores de uma matriz de referência. É nessa matriz, portanto, que estão descritas as habilidades que serão avaliadas. É certo que nem toda habilidade descrita no currículo de referência do município e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) pode ser avaliada em testes como esse, por exemplo, aquelas relativas às competências

socioemocionais e as do desenvolvimento da oralidade. Entretanto, os descritores das avaliações existentes na matriz de referência já são contemplados pela BNCC. A seguir, disponibilizamos o *hiperlink* para as matrizes de referência e escalas de proficiência do Saeb.

[MATRIZES DE REFERÊNCIA E ESCALAS DO SAEB](#)



Como os descritores da matriz de referência já estão presentes na BNCC, na forma de habilidades a serem desenvolvidas nos estudantes, é pouco efetivo e até contraproducente pensar em um currículo focado em descritores do Saeb.

Atrelados aos mecanismos de avaliação que permitiriam aferir o desempenho educacional, práticas de *accountability* também foram, progressivamente, implementadas pelas redes de ensino. Tais práticas objetivam estimular a melhoria do desempenho educacional, a partir da responsabilização dos agentes envolvidos no processo educacional. Essa responsabilização pode ser considerada mais branda ou mais forte, a depender da forma que afetam os agentes públicos.

Entre os mecanismos de responsabilização mais fraca, encontram-se as medidas de divulgação de resultados e indicadores educacionais e a devolução dos resultados para as escolas, ou seja, essas consequências são meramente simbólicas, como condição de mobilização da comunidade escolar (Bonamino; Sousa, 2012). É nesse cenário que surge o Ideb, considerado um mecanismo de responsabilização branda, uma vez que a principal consequência do desempenho da instituição escolar é a devolutiva e divulgação ampla de seus resultados.

Entre as de responsabilização mais forte utilizadas, principalmente, nos estados, uma das mais comuns é a bonificação por desempenho. São formas de responsabilização que procuram estimular os profissionais da educação a atingirem melhores resultados de desempenho educacional em avaliações, em larga escala.

As primeiras experiências desse tipo de responsabilização no país foram efetivadas nos Estados do Rio de Janeiro e do Ceará (Brooke, 2011). Nesse caso, são consideradas políticas de responsabilização com consequências fortes, porque o pagamento de bonificação pecuniária afeta diretamente os atores envolvidos (Bonamino; Sousa, 2012).

Também pode ser considerada como consequência forte a complementação federal do Novo Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), aprovado em dezembro de 2020 (Brasil, 2020), já que as redes de ensino terão parte do valor da complementação federal, condicionada à redução das desigualdades educacionais, por meio de aferição no Saeb.

As políticas de *accountability* produzidas, a partir de resultados das avaliações externas, produzem informações de proficiência dos estudantes e outras informações que podem ser utilizadas para a produção de indicadores educacionais.

As avaliações educacionais são instrumentos de verificação da aprendizagem dos estudantes aplicados em larga escala. O objetivo central dessas avaliações é gerar subsídios para intervenção por meio da gestão educacional baseada em evidências. Há, contudo, políticas de gestão da educação que utilizam dos resultados dessas avaliações para impactar de forma mais dura a realidade das escolas e dos profissionais (Bonamino; Souza, 2012), como no caso das políticas de bonificação por desempenho (Brooke, 2013).

É comum que as análises de resultados de avaliações externas sejam muito rasas, restringindo-se à aferição da média da proficiência do universo que se deseja investigar. Assim, perde-se boa parte das informações geradas pelas avaliações em larga escala. Além da média da medida de proficiência, é preciso também observar outros dados, como, por exemplo, a análise da distribuição dos estudantes pelos padrões de desempenho na avaliação, como veremos a seguir. Os sistemas de ensino e os gestores escolares podem ainda se debruçar sobre cada habilidade avaliada pela prova e o desempenho das turmas avaliadas.

O Ideb

Em 2007, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) criou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Trata-se da primeira experiência nacional de responsabilização capaz de gerar medidas de desempenho das unidades escolares que podem ser agregadas para constituir o desempenho dos sistemas de ensino do país. O indicador foi criado para mensurar de forma objetiva a qualidade da educação básica no país, conforme o Decreto 6.094/2007 (Brasil, 2007):

Art. 3º - A qualidade da Educação Básica será aferida, objetivamente, com base no Ideb, calculado e divulgado periodicamente pelo Inep, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - Aneb e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil).

Parágrafo único - O Ideb será o indicador objetivo para a verificação do cumprimento de metas fixadas no termo de adesão ao Compromisso.

A partir da criação do indicador, o Inep estabeleceu metas do Ideb para as unidades escolares e para os entes federados, divulgando os resultados a cada edição. Para isso, são utilizados os resultados da Prova Brasil, além de outros fatores, como veremos mais à frente. A divulgação do indicador pode ser considerada uma política de responsabilização branda, como descrito por Bonamino e Sousa (2012).

Salvo a parte da complementação do Fundeb correspondente à redução das desigualdades educacionais, ainda não foi apresentada por iniciativa do Governo Federal nenhuma outra política de responsabilização forte que apresente penalidades a unidades escolares e a profissionais. Também não há em nível federal qualquer forma de bonificação por resultados ou desempenho. O estabelecimento de metas para o Ideb e a divulgação dos resultados de cada unidade escolar foram os únicos instrumentos para responsabilização de agentes públicos utilizados pelo Governo Federal (Passone, 2014).

O Ideb é calculado a partir da medida de desempenho dos estudantes, aferida pela Prova Brasil, e do fluxo dos estudantes (indicador de aprovação) (Nicolella; Scorzafave, 2011). Ao se tratar de políticas públicas educacionais é preciso ter clareza de determinadas dimensões que dizem respeito ao desenvolvimento dos estudantes. Indicadores educacionais, como o Ideb, buscam captar informações acerca do desempenho dos estudantes que vão além dos resultados rapidamente mensuráveis em uma avaliação. Para Pontes (2015, p. 2),

[...] avaliar a aprendizagem dos alunos não basta. A educação é um tema extremamente abrangente e complexo, que se articula com um enorme número de variáveis demográficas, sociais e econômicas, demandando ainda pesados investimentos e um gerenciamento consciencioso de recursos que, com frequência, se apresentam escassos ou insuficientes. Nesse sentido, uma visão mais completa e aprofundada da educação somente é alcançada por meio da obtenção e da análise de uma grande diversidade de informações, que costumam se apresentar na forma de indicadores educacionais. Esses indicadores são medidas específicas que têm por objetivo transmitir uma informação referente a uma dimensão particular e relevante da educação, expressando-se em números que sintetizam essa dimensão. Por sua vez, os números que expressam os indicadores são calculados a partir de uma fórmula pré-definida, e com base em dados

levantados segundo critérios específicos e rigorosos, como censos e pesquisas sociais, demográficas, econômicas ou educacionais.

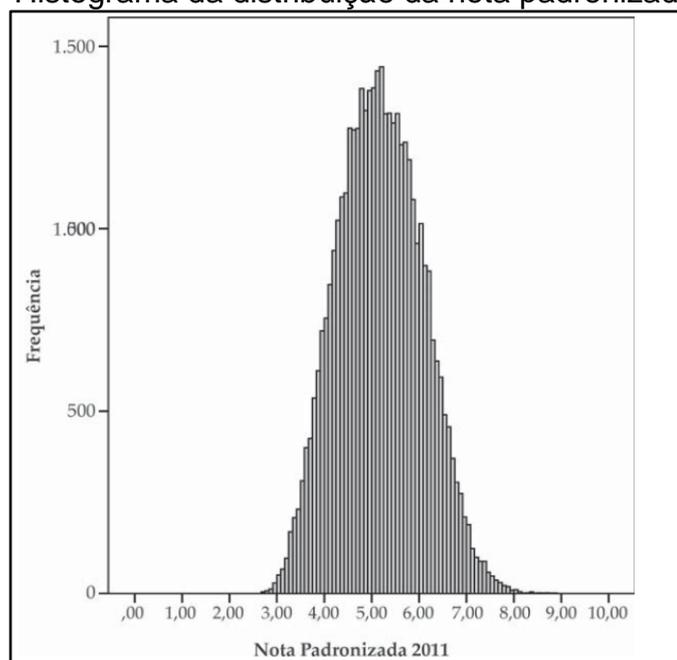
Estrutura do indicador

O Ideb procura medir bianualmente dois importantes dados educacionais: o desempenho e o fluxo escolar. A primeira medida é dada pela conversão da média de proficiência das provas de Língua Portuguesa e Matemática na Prova Brasil, em uma nota padronizada. A segunda, relativa ao fluxo escolar, equivale ao número de anos necessários para que os estudantes concluam cada série do período avaliado (Nicolella; Scorzafave, 2011). Essas duas medidas, aparentemente independentes, estão correlacionadas e foram escolhidas com o propósito de impedir que os avanços em termos de melhor desempenho educacional fossem alcançados às custas de aumento das desigualdades (Soares; Xavier, 2013).

O cômputo da proficiência, em cada prova, gera uma medida decimal que varia entre 0 e 1. Após a realização da média entre as duas provas, o valor é multiplicado por 10 para gerar uma medida comparável à nota típica de aprendizagem escolar que varia entre 0 e 10.

É muito importante ressaltar que, na prática, o indicador não varia efetivamente entre 0 e 10, como apresentado por Soares e Xavier (2013), já que a distribuição do indicador entre as escolas concentra-se nas medidas intermediárias. De fato, é muito difícil que a totalidade dos estudantes obtenha nota máxima ou mínima nas provas de Leitura e Matemática da Prova Brasil. Assim sendo, o desempenho da maioria das escolas concentra-se entre 3,5 e 6,5, correspondendo a uma dispersão de distribuição normal. A Figura 3, a seguir, representa a distribuição do desempenho no país.

Figura 3 - Histograma da distribuição da nota padronizada em 2011



Fonte: Soares e Xavier (2013).

Já a medida de rendimento escolar é uma medida do fluxo dos estudantes nas séries de uma etapa de escolaridade. Essa medida tem a finalidade de mensurar o abandono escolar e a repetência, fatores considerados de fracasso acadêmico. Isso porque um sistema é considerado bem-sucedido quando ensina para todos e não apenas para alguns, ou seja, se um sistema oferece aprendizagem satisfatória apenas para poucos estudantes, a medida de rendimento escolar evidenciará que se trata de um sistema de ensino ineficaz, mas caso ensine de forma satisfatória e, além disso, a maior parte dos estudantes flui pelo sistema e permanece nele até completar a Educação Básica. Este sistema é considerado mais eficaz.

Assim, a partir do produto entre a medida de desempenho (gerada por uma nota padronizada das médias de proficiência em Leitura e Matemática na Prova Brasil) e a medida de rendimento (correspondente ao fluxo de estudantes no sistema), é gerado um indicador de fácil compreensão, já que é uma “nota” que, virtualmente, varia entre 0 e 10, semelhante às notas escolares.

Aqui cabe discutir o que seria um resultado adequado para o Ideb. Ao pensarmos em uma nota padronizada de 0 a 10, imaginamos que o ideal seria se o resultado fosse 10 ou próximo disso. Entretanto, como vimos anteriormente, essa medida é, virtualmente, impossível de ser alcançada, já que avalia o desempenho não apenas de um, mas de um universo de estudantes. Além disso, por se tratar de uma

avaliação complexa que verifica um elevado espectro de desempenho, alguns itens são destinados a medir a aprendizagem de estudantes avançados, isto é, que já sabem o que deveriam aprender apenas nas séries seguintes.

Para que se tenha uma ideia mais clara, quando foi criado o indicador, estabeleceu-se como meta 6,0 para o Ideb das séries iniciais em 2021. Essa medida foi definida por ser equivalente ao nível de qualidade educacional observada nos países desenvolvidos, ou seja, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Portanto, um Ideb de 6,0 é um Ideb da média dos países desenvolvidos.

Em função disso, é possível perceber que é difícil alcançar indicadores muito maiores que 7,0. Da mesma forma, por pior que seja o desempenho de uma escola, é difícil que seu resultado seja muito menor do que 3,5.

O indicador é descrito da seguinte forma:

$$\text{Aprendizado} \times \text{taxa de fluxo} = \text{Ideb}$$

Dessa forma, se uma escola alcança uma medida de resultado de desempenho na Prova Brasil (já padronizado) de 8,0 e a taxa de fluxo no ciclo avaliado é de 0,6, então temos um resultado do Ideb de 6,3, conforme demonstrado a seguir:

$$8,0 \times 0,6 = 4,8$$

É possível perceber que, apesar de apresentar um resultado considerado adequado de aprendizagem (8,0), a unidade escolar apresenta uma taxa de fluxo insatisfatória (0,6). Isso significa que em torno de 60% dos estudantes progredem no decorrer dos anos letivos. Como vimos anteriormente, um sistema educacional considerado eficaz não ensina apenas para alguns, mas para todos. Então, se apenas 60% estão aprendendo e progredindo nas séries, a unidade teria um indicador inferior ao representado pela medida de desempenho dos alunos que aprenderam e progrediram.

Perceba que apenas tentar manipular o indicador, promovendo progressão de alunos que não aprendem não é o suficiente para aumentar o Ideb, já que esses que foram promovidos e não aprenderam serão avaliados pela Prova Brasil e seu resultado baixo de aprendizagem afetará o Ideb da mesma forma. A única maneira de

melhorar o cenário é focar na aprendizagem de todos, especialmente dos que estão deixando de aprender.

Tomemos o cenário da unidade escolar acima, que apresenta o mesmo resultado de desempenho (8,0), porém apresenta uma taxa de fluxo de 0,9. Nesse caso, praticamente todos os alunos estão progredindo nas séries, e o desempenho na Prova Brasil demonstra que estão aprendendo. Por aplicação de regra de arredondamento, o Ideb da escola seria considerado de 7,0. Então, teremos o seguinte cenário:

$$8,0 \times 0,9 = 7,2$$

É possível observar que a escola passa a apresentar um bom Ideb, não por apresentar melhores resultados na nota padronizada da Prova Brasil, mas por garantir maior equidade, esforçando-se em ensinar para todos os alunos.

Apesar da respeitabilidade do indicador, cabe reconhecer que ele também pode permitir distorções, principalmente por deixar subentendido que escolas, que apresentam desigualdades internas, podem compensar com o elevado desempenho de estudantes mais avançados. Outro ponto identificado como negativo é a ideia de compensação de baixas taxas de fluxo. Assim, se a escola apresenta rendimento ruim, com elevadas taxas de reprovação e abandono, compensa-se com o desempenho elevado dos que concluírem a etapa, o que pode gerar comportamentos perniciosos de consentimento.

Enfatiza-se também que a medida de aprendizagem é realizada pela média da proficiência dos estudantes. Isso significa que a distribuição dos estudantes em diferentes padrões de desempenho não é critério de estabelecimento da medida de aprendizado. Se uma escola apresenta maior número de estudantes com uma proficiência baixa, mas um número suficiente de alunos com proficiência consideravelmente alta, a medida final de aprendizagem poderá ser considerada satisfatória, ou seja, mesmo que haja aqueles com desempenho muito alto, e outros, muito baixo, o que importa para esse componente do indicador é a média das proficiências, o que ignora as desigualdades intraescolares.

Alguns indicadores utilizados por estados consideram a distribuição de estudantes nos diferentes padrões de desempenho. Dessa forma, não importa muito a média da medida de proficiência, mas o percentual de estudantes que é considerado

proficiente ou, pelo menos, no nível básico. O objetivo, nesse caso, passa a ser o de impedir que estudantes permaneçam no nível abaixo do básico.

Apropriação de indicadores educacionais

Ao utilizarmos a palavra apropriação, queremos dizer que é muito importante que as comunidades escolar e educacional entendam que os indicadores educacionais dizem respeito aos resultados educacionais da comunidade. Dessa forma, apropriar-se dos resultados educacionais é assumir os resultados como sendo da comunidade, já que, conforme descrito no texto constitucional, a educação é direito de todos e dever do Estado e da família.

Significa dizer também que esses dados não foram produzidos sem finalidade e sem eficácia. Ao nos apropriarmos dessas medidas, passamos a intervir sobre a realidade a partir dessas informações. Afinal, se nos perguntamos se uma dada escola promove educação de qualidade, precisamos levantar informações confiáveis que permitam responder a esta pergunta.

Como vimos anteriormente, é comum que a utilização de indicadores educacionais seja rasa e insuficiente. Muitas vezes, apenas olhamos para dados globais como o Ideb e lamentamos ou comemoramos os resultados alcançados. Entretanto, o Ideb foi criado para divulgação ampla e é muito sintético para fornecer informações suficientes para gestão.

Ao invés disso, devemos nos ater a dados mais detalhados, analisando outros indicadores presentes na composição do Ideb, gerados pela Prova Brasil, por avaliações ofertadas por estados ou municípios, levantadas pelo Censo Escolar etc.

Vejamos o caso da Prova Brasil. Como visto anteriormente, essa avaliação tem por objetivo aferir o desempenho dos estudantes a partir de uma matriz de referência, gerando uma medida de proficiência. Essa medida varia em uma escala de 0 a 500, de modo que a expectativa é de que os estudantes avancem na escala e se aproximem de 500 ao concluir a Educação Básica.

A Figura 4, a seguir, extraída do [Painel Educacional do Inep](#) em fevereiro de 2024, demonstra os resultados de Língua Portuguesa e Matemática para o quinto ano de um município brasileiro.

Figura 4 - Exemplo de resultado de desempenho no Saeb 2021 de um hipotético município - 5º ano - Língua Portuguesa e Matemática

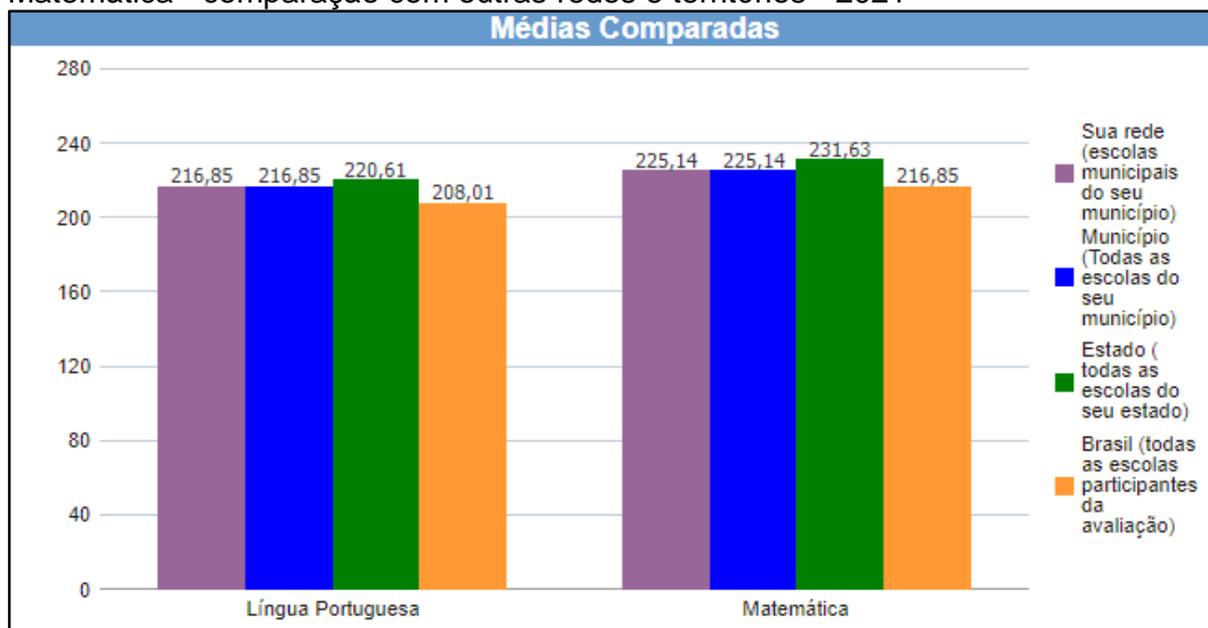
Resultados das escolas na sua rede		
	5º ano - 2021	
	Língua Portuguesa	Matemática
Sua Rede	216,85	225,14

Fonte: Inep.

É possível observar a partir desse resultado que a escola alcançou uma medida de proficiência de 216,85 em Língua Portuguesa e 225,14 em Matemática, ambos relativos à escala que varia de 0 a 500.

Esse resultado isoladamente não significa muita coisa e não contribui em nada com a gestão educacional. Para os profissionais da educação, é preciso que os dados sejam mais detalhados. Para isso, há quem se esforce em comparar os resultados com anos anteriores ou ainda com outras redes de ensino ou contextos territoriais, conforme o Gráfico 1, a seguir, extraído da mesma plataforma.

Gráfico 1 - Médias de proficiência de um hipotético município - Língua Portuguesa e Matemática - comparação com outras redes e territórios - 2021



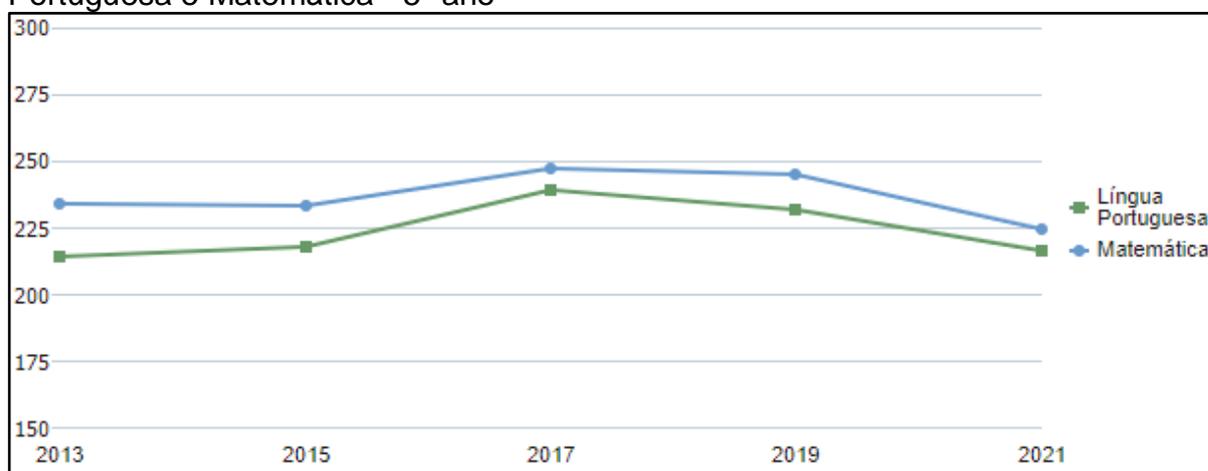
Fonte: Inep.

É possível comparar o desempenho do município com o de outras redes de ensino e, até mesmo, outros contextos de territórios nos quais está inserido o município. Apesar de possibilitar a comparação com contextos semelhantes, ainda

não há informações suficientes para intervenção da gestão a fim de melhorar os resultados educacionais.

Existe ainda a possibilidade de acompanhar o histórico da escola. Essa estratégia é a mais adequada até aqui, já que se utiliza do contexto da própria escola. Consideramos que não é possível comparar o desempenho de duas escolas diferentes, já que essas apresentam contextos escolares distintos. Já se sabe que o contexto em que o estudante está inserido afeta pesadamente seu desempenho (Soares; Andrade, 2006; Soares, 2004; Soares; Alves, 2013; Brooke, 2013; Paula, 2014). Assim, se considerarmos apenas o histórico de uma escola, estamos analisando apenas seu próprio avanço com o passar do tempo. O Gráfico 2, a seguir, demonstra a evolução histórica desse município.

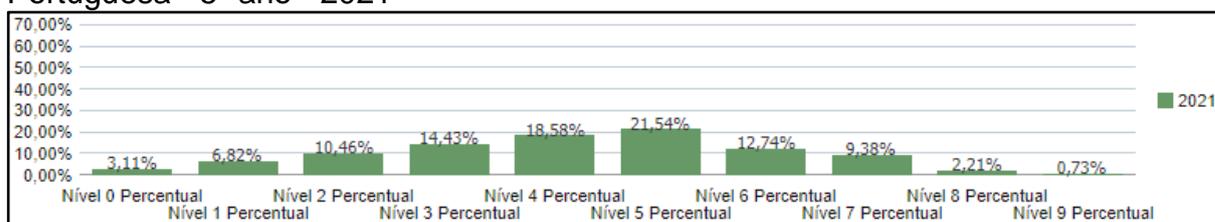
Gráfico 2 - Série histórica - desempenho Saeb de um hipotético município - Língua Portuguesa e Matemática - 5º ano



Fonte: Inep.

Em que pese ser mais coerente acompanhar o histórico de proficiência de uma unidade do que compará-la com outras, ainda temos um problema: a medida de proficiência significa pouco em termos de informação para a gestão escolar ou da rede de ensino. O mais importante seria identificar a distribuição de estudantes em diferentes níveis de desempenho e o que isso realmente significa em termos de aprendizagem. Dessa forma, além de uma média global do desempenho dos estudantes, conseguimos identificar o percentual dos que estão em nível adequado e os que estão ficando para trás, além daqueles que estão efetivamente avançados. Para isso, são divulgados também os resultados dos diferentes níveis, conforme o Gráfico 3, a seguir.

Gráfico 3 - Distribuição em níveis de desempenho de um hipotético município - Língua Portuguesa - 5º ano - 2021



Fonte: Inep.

Esta informação também pode ser verificada no mesmo portal a partir do histórico de distribuição nos diferentes níveis, conforme visto na Figura 5, a seguir:

Figura 5 - Quadro do histórico da distribuição em níveis de desempenho de um hipotético município - Língua Portuguesa - 5º ano

Nível	Língua Portuguesa - 5º ano - Percentual				
	2013	2015	2017	2019	2021
Nível 0	1,75	1,03	0,89	1,49	3,11
Nível 1	4,91	4,82	3,46	2,97	6,82
Nível 2	12,45	8,66	3,58	5,38	10,46
Nível 3	16,05	17,02	10,24	11,22	14,43
Nível 4	22,08	26,95	16,62	19,01	18,58
Nível 5	22,66	20,07	23,83	25,78	21,54
Nível 6	12,38	13,52	18,81	17,38	12,74
Nível 7	5,28	4,67	13,62	11,74	9,38
Nível 8	1,83	3,08	6,68	4,22	2,21
Nível 9	0,61	0,17	2,28	0,80	0,73

Fonte: Inep.

Para cada nível de desempenho identificado, existe uma relação de habilidades que foram desenvolvidas pelos estudantes avaliados. Assim, se pretendemos, como política pública, que todos os estudantes alcancem um determinado nível, é preciso desenvolver plenamente as habilidades previstas nos níveis anteriores e no nível pretendido. Na Figura 6, a seguir, estão relacionadas as habilidades que classificam os estudantes nos três primeiros níveis em Língua Portuguesa para o 5º ano, na Prova Brasil. O objetivo é compreender como elas estão relacionadas. Todos os níveis e as habilidades requeridas em cada etapa avaliada estão disponíveis no portal do Inep.

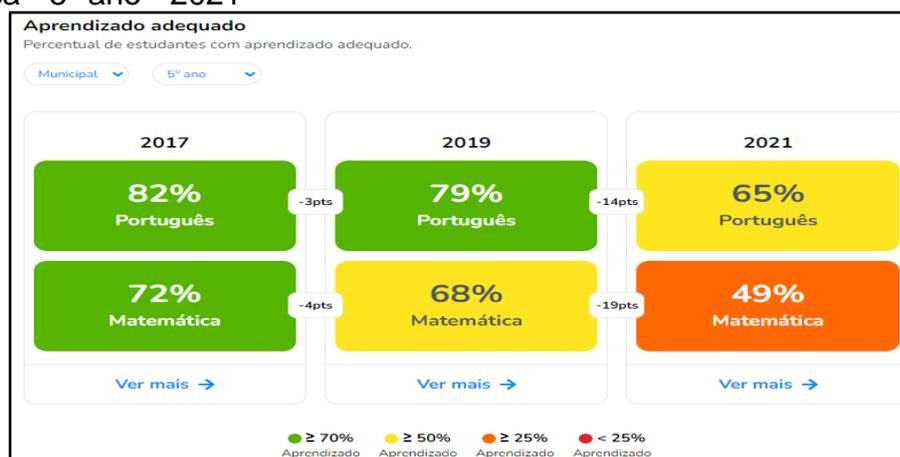
Figura 6 - Níveis de desempenho Saeb - Níveis selecionados - Língua Portuguesa 5º ano

Nível	Descrição do Nível
Nível 0 Desempenho menor que 125	A Prova Brasil não utilizou itens que avaliam as habilidades deste nível. Os estudantes localizados abaixo do nível 125 requerem atenção especial, pois não demonstram habilidades muito elementares.
Nível 1 Desempenho maior ou igual a 125 e menor que 150	Os estudantes provavelmente são capazes de: <ul style="list-style-type: none"> • Localizar informações explícitas em textos narrativos curtos, informativos e anúncios. • Identificar o tema de um texto. • Localizar elementos como o personagem principal. • Estabelecer relação entre partes do texto: personagem e ação; ação e tempo; ação e lugar.
Nível 2 Desempenho maior ou igual a 150 e menor que 175	Além das habilidades anteriormente citadas, os estudantes provavelmente são capazes de: <ul style="list-style-type: none"> • Localizar informações explícitas em contos. • Identificar o assunto principal e a personagem principal em reportagem e em fábulas. • Reconhecer a finalidade de receitas, manuais e regulamentos. • Inferir características de personagens em fábulas. • Interpretar linguagem verbal e não-verbal em tirinhas.

Fonte: Inep.

A apropriação dos resultados do Ideb pode ser realizada de forma semelhante. O Inep disponibiliza os resultados na forma de planilha, onde podem ser consultados os resultados na Prova Brasil e as taxas de fluxo de cada série avaliada. É possível utilizar-se de ferramentas produzidas por organizações não-governamentais e institutos que se empenham em sintetizar os dados de forma mais clara e de fácil visualização, por exemplo, o QEdU, projeto da MEritt e da Fundação Lemann. Não estamos ratificando, necessariamente, a perspectiva de gestão educacional utilizada pela iniciativa, mas recomendando o uso das informações disponibilizadas em seu sítio na internet. Lá encontramos dados de desempenho aferido na Prova Brasil, detalhamento do desempenho do Ideb e outras informações do Censo Escolar, por exemplo. A seguir, traremos um exemplo de informações extraídas do QEdU.

Figura 7 - Aprendizado adequado em um hipotético município - Língua Portuguesa e Matemática - 5º ano - 2021



Fonte: QEdU.

Figura 8 - Informações de fluxo escolar em um hipotético município - Ensino Médio - 2022

Detalhamento por ano escolar

2022 Ensino médio Todas as escolas Total

Ensino médio	Reprovação	Abandono	Aprovação
1º ano EM	8% 54 reprovações	2,6% 18 abandonos	89,4% 603 aprovações
2º ano EM	12,7% 94 reprovações	4% 30 abandonos	83,3% 620 aprovações
3º ano EM	12,5% 59 reprovações	4,1% 19 abandonos	83,4% 394 aprovações

Fonte: QEdu.

Observe que escolhemos deliberadamente informações de aprendizagem na Prova Brasil e fluxo escolar justamente por serem os componentes do Ideb. A partir dessas informações, com foco na aprendizagem de todos e garantindo fluxo escolar adequado, a tendência é o desenvolvimento da educação e o aumento do Ideb como consequência e não como objetivo.

Esperamos, com este texto, ter contribuído com as práticas de gestão baseada em evidências a serem desenvolvidas nas escolas ou nas redes de ensino. Os gestores e profissionais da educação podem e devem se apropriar dessas e de outras informações a fim de intervir sobre a realidade da educação pública no país.

[QEdu - Use dados. Transforme a educação](#) 



Sugestão de leitura

Para aprofundar a temática, sugerimos:

[O indicador de desenvolvimento das escolas estaduais e a correlação pelo fator socioeconômico](#)

[A Apropriação das Políticas de Avaliação pela Gestão Escolar: uma proposta de questionário](#)

[Apropriação e uso pedagógico dos dados educacionais obtidos nas avaliações do Spaece](#)

Para saber mais ...



[A gente FAZ podcast - #006 - IDEB e os principais índices educacionais](#)



[Qualidade de ensino para poucos não é qualidade, diz ex-presidente do Inep.](#)



[Como reduzir as desigualdades educacionais no Brasil?](#)



[Como reduzir as desigualdades educacionais no Brasil?](#)



[Episódio 20: Educação, com Gregório Grisa - IDP](#)



[Avaliações da educação básica - José Francisco Soares - Entrevista - Canal Futura](#)

REFERÊNCIAS

BARROS, Ricardo Paes de. **Avaliação de Resultado e de Impacto - Sobre a importância de medir pt. 1**. Primeira parte da aula sobre Avaliação de Resultado e de Impacto ministrada por Ricardo Paes de Barros - Sobre a importância de medir. A matéria é parte integrante do Curso Avançado de Avaliação de Políticas Públicas e Projetos Sociais, realizado pela Fundação Itaú Social. Publicado em: 22 de jan. de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Rj7H5J5NICs>. Acesso em: 04 fev. 2024.

BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun., 2012.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.html. Acesso em: 17 abr. 2023

BROOKE, Nigel. Sobre a equidade e outros impactos dos incentivos monetários para professores. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 24, n. 55, p. 34-62, abr./ago. 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Construção de Indicadores Qualitativos para Avaliação de Mudanças. **Fundação Oswaldo Cruz**, Rio de Janeiro, Brasil, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/36mvLQPqTjRTp8kLXbs3b5Q/?format=pdf&lang=pt>.

NICOLELLA, Alexandre; SCORZAFAVE, Luiz Guilherme. Indicadores e Medidas Educacionais no Brasil. In CONDÉ, Eduardo Salomão *et al.* **Políticas Educacionais e Avaliação de Programas**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2011.

PASSONE, Eric Ferdinando Kanai. Incentivos monetários para professores: avaliação, gestão e responsabilização na educação básica. **Cadernos de Pesquisa** v. 44, n. 152, p. 424-448, abr./jun. 2014.

PAULA, Abner Nunes Emerich de. **O indicador de desenvolvimento das escolas estaduais e a correção pelo fator socioeconômico**: a experiência do Espírito Santo. Dissertação - UFJF, 2016. Disponível em: <http://mestrado.caedufjf.net/o-indicador-de-desenvolvimentodas-escolas-estaduais-e-a-correcao-pelo-fator-socioeconomico-a-experiencia-do-espíritosanto>. Acesso em: 17 abr. 2023.

PONTES, Luís Antônio Fajardo. **Indicadores educacionais no Brasil e no mundo**: as diversas faces da educação. Material do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

SOARES, José Francisco. O efeito da escola no desempenho cognitivo de seus alunos. **REICE - Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, v. 2, n. 2, 2004.

SOARES, José Francisco; ANDRADE, Renato Júdice. Nível socioeconômico, qualidade e equidade das escolas de Belo Horizonte. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 107-126, jan./mar. 2006.

SOARES, José Francisco; ALVES, Maria Tereza Gonzaga. Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional. **Educ. Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 177-194, jan./mar. 2013.

TAVARES, Priscila de Albuquerque; PONCZEK, V. P. Efeitos de Aumentos Salariais e do Pagamento Potencial de Bônus a Professores sobre a Proficiência dos Estudantes. In XXXV ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMETRIA, 2013, Foz do Iguaçu. Anais do XXXV Encontro Brasileiro de Econometria, 2013.

PARTE III

PERCEPÇÕES DA EQUIPE GESTORA DO ENSINO FUNDAMENTAL SOBRE A AVALIAÇÃO EXTERNA NO MUNICÍPIO DE ITABUNA-BA: síntese da pesquisa

Maria Valquíria Barbosa Santana⁸
Josefa Sônia Pereira da Fonseca⁹

No campo das políticas educacionais, a avaliação externa ainda é um tema que gera debates e tensões, e precisa ser sempre revisitado. Discutir essa temática no âmbito dos municípios é trazer esse debate para perto daqueles que são diretamente responsabilizados pela melhoria na qualidade da educação: os professores. Nesse sentido, na tentativa de buscar apropriação e aprofundamento sobre a temática e, assim, contribuir com os estudos já realizados, propusemos o projeto de pesquisa intitulado *Avaliações externas e elaboração de políticas públicas educacionais: um estudo de caso no município de Itabuna-BA*, junto à linha de pesquisa Políticas Educacionais e Gestão Escola do Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional da Educação ([PPGE](#)) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

A pesquisa teve como finalidade analisar como a equipe gestora do Ensino Fundamental percebe o uso das avaliações externas na elaboração de políticas educacionais no município de Itabuna-BA e desenvolveu-se por meio de instrumentos metodológicos como questionários eletrônicos, entrevistas semiestruturadas e análise de três Relatórios de Monitoramento do Plano Municipal de Educação de Itabuna-BA (2015-2024). Participaram da pesquisa dois gestores escolares de escolas de Ensino Fundamental, Anos Iniciais e Finais, respectivamente, e dois servidores-técnicos da Secretaria Municipal de Educação (SME), lotados no Departamento de Educação Básica. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UESC e seguiu os protocolos desse comitê.

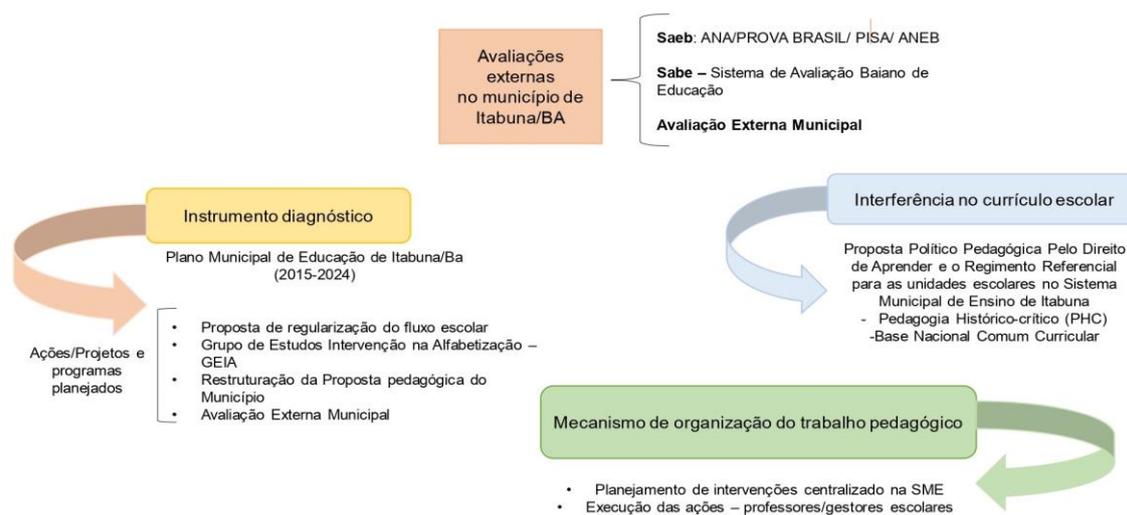
Com o desenvolvimento da investigação pudemos constatar de forma explícita, que a equipe gestora do Ensino Fundamental do município de Itabuna-BA, a saber,

⁸ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação (PPGE) da Universidade Estadual de Santa Cruz. Técnica Administrativa em Educação - Pedagoga na área do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia.

⁹ Profa. Dra. do Departamento de Ciências Administrativas e Contábeis (DCAC) e do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação (PPGE), da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

gestores escolares e servidores-técnicos da SME veem o uso dos resultados das avaliações externas como um instrumento diagnóstico importante para elaboração de projetos, ações e programas educacionais no município. Em paralelo a isso, nosso estudo nos permitiu inferir que na percepção dessa equipe, as avaliações externas, também bem interferem no currículo escolar e na organização do trabalho pedagógico. Na Figura 9, a seguir, sintetizamos os achados de nossa investigação.

Figura 9 - Síntese dos resultados da investigação



Elaborada pelas autoras (2024). Fonte: Questionários eletrônicos, entrevistas semiestruturadas e análise dos Relatórios de Monitoramento do PME de Itabuna-BA (2015-2024).

Conforme a Figura 9, podemos observar que enquanto instrumento diagnóstico, as avaliações externas desenvolvidas no município, em especial as do Saeb e a Avaliação Externa Municipal concorreram para o planejamento de ações como: a proposta de regularização de fluxo, a criação do Grupo de Estudos Intervenção na Alfabetização (GEIA), reestruturação da proposta pedagógica do município e a criação de uma avaliação externa municipal. Essas ações foram planejadas com o objetivo de satisfazerem algumas metas para o Ensino Fundamental regular previstas no Plano Municipal de Educação de Itabuna-BA - PME (2015-2024). No sítio do [Núcleo](#)

No sítio [GEIA - Itabuna-BA](#) podemos encontrar algumas propostas de atividades orientadas por profissionais que compõem o programa com o objetivo de subsidiar o trabalho dos professores alfabetizadores do município. Veja também o Instagram do grupo [GEIA Itabuna \(@geiaitabuna\)](#)

[de Tecnologia Municipal de Itabuna-BA](#) é possível encontrar o PME do município e alguns relatórios de monitoramento do plano.

Uma das ações propostas no PME Itabuna-BA (2015-2024) para alcançar a Meta 5 - Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do Ensino Fundamental foi a mudança da proposta pedagógica ou curricular do município. A nova proposta foi aprovada pelo Conselho Municipal de Educação (CME) por meio da [Resolução CME Nº 129, de 16 de dezembro de 2020](#), intitulada Proposta Político Pedagógica Pelo Direito de Aprender, a novo projeto curricular do município tem seus fundamentos teóricos no Pedagógica Histórico-Crítico dos Conteúdos e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Assim, a organização do currículo do Ensino Fundamental da rede municipal de Itabuna-BA está organizada conforme as áreas do conhecimento definidas na BNCC: Linguagem, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso. Consequentemente, os objetos de conhecimento, competências e habilidades definidos na proposta coadunam com o que é determinado pelo documento normativo supracitado ([BNCC](#)). Em nossa pesquisa, os participantes do segmento gestor escolar sinalizaram o currículo escolar como um dos elementos que impacta nos resultados apresentados pelos estudantes, nas últimas avaliações externas. Os servidores-técnicos da SME, por sua vez, pontuaram a formação de professores, como o fator de impacto nesses resultados.

Uma outra inferência observada na pesquisa são as ações e propostas de intervenção planejadas, sobretudo pelo SME, que interferem na organização do trabalho pedagógico (planejamento, execução e avaliação do processo de ensino-aprendizagem). Frente a isso, pudemos inferir, na presente investigação, que a Avaliação Externa Municipal elaborada pelo Departamento de Educação Básica (DEB) da SME de Itabuna-BA, sendo realizada no início e no final do ano letivo nas escolas da rede municipal do Ensino Fundamental, Anos Iniciais e Finais, vêm se constituindo em um mecanismo de organização do trabalho realizado tanto pelos servidores-técnicos da SME quanto dos gestores escolares e professores das escolas da rede municipal.

Como o professor é o profissional que materializa as atividades de ensino, consequentemente seu trabalho será o mais evidenciado e, por essa razão, será o profissional responsabilizado pela produção dos resultados e alcance dos objetivos e metas propostos no planejamento. Talvez, esse tenha sido o motivo de os participantes do segmento servidor-técnico da SME pontuarem a formação de

professores como um fator de impacto nos resultados das avaliações externas realizadas no município, nos últimos anos.

É importante ressaltar que, em nosso estudo, ficou claro que para os participantes da pesquisa, as avaliações externas são instrumentos importantes para a elaboração das políticas educacionais, mas que sozinhas não conseguem responder às questões educacionais, não podendo ser inseridas de forma abrupta nas escolas, reduzindo o processo de ensino-aprendizagem a treinamento para melhorar os resultados dos estudantes nos testes e/ou exames externos.

A fim de contribuir com possíveis melhorias no processo de gestão das avaliações externas no município, os participantes da pesquisa fizeram as seguintes propostas, elencadas na Figura 10.

Figura 10 - Proposta dos participantes da pesquisa para melhorar a gestão das avaliações externas no município de Itabuna-BA

- 1 Realizar o trabalho entre Secretária Municipal de Educação e escolas de forma solidária e colaborativa.
- 2 Profissionalizar os servidores/técnicos da SME para atuar na gestão das avaliações externas no município.
- 3 Organizar/contratar equipe especializada para realizar apenas a gestão das avaliações externas no município.
- 4 Elaborar uma Política Municipal de Avaliação Externa
- 5 Criar uma Coordenação que faça o alinhamento da gestão das avaliações externas entre a Secretaria Municipal de Educação e as escolas.
- 6 Realizar formação com a temática avaliação externa e promover momentos de discussão com professores, gestores escolares e a equipe da Secretária Municipal da Educação..

Elaborada pelas autoras. Fonte: Dados da pesquisa (2024).

As propostas acima são carregadas de significado e importância, porque são pensadas por atores que vivenciam o cotidiano da educação no município de Itabuna-BA, a partir da realização das atividades que visam assegurar o funcionamento das escolas (gestão escolar) e o desenvolvimento do sistema educacional municipal (servidores-técnicos da SME). Por essa razão, a nosso ver, merecem e devem ser refletidas pelo Poder Público municipal e pela sociedade, pois se configuram em

possibilidades de melhoria da qualidade da educação ofertada pela rede de ensino municipal.



Sugestão de leitura

Para conhecer um pouco os assuntos tratados nessa discussão, sugerimos:

[GESTÃO ESCOLAR E AVALIAÇÕES EXTERNAS: desafios no contexto educacional em duas escolas do município de Itabuna-Bahia](#)

[O PAPEL DA COORDENADORA PEDAGÓGICA NA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO BAIANO DE EDUCAÇÃO \(SABE\): uma pesquisa-ação com coordenadoras das escolas de Ensino Médio do Município de Itabuna-BA](#)

[A REESCRITA DE TEXTO: um caminho para a proficiência escritora](#)